



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

***COMÉRCIO EXTERNO E REDUÇÃO DA POBREZA
NOS PAÍSES DO MERCOSUL***

Fernando Joaquim

Orientação: Prof. Doutor Manuel C. Pereira Branco

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2014



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

***COMÉRCIO EXTERNO E REDUÇÃO DA POBREZA
NOS PAÍSES DO MERCOSUL***

Fernando Joaquim

Orientação: Prof. Doutor Manuel C. Pereira Branco

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2014

*Dedico esta tese à minha família, em
especial minha esposa e filhos.*

AGRADECIMENTOS

À Petrobras Oil ; Gás que viabilizou a realização deste Mestrado.

Aos professores, colegas e amigos que me apoiaram e incentivaram.

À minha esposa e filhos, pela confiança, incentivo durante estes anos.

Ao meu orientador, Prof. Manuel Branco, pelo apoio e confiança.

Finalmente, a todos que de alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho.

RESUMO

O objetivo é compreender e analisar as consequências produzidas pela *globalização* em suas diversas variáveis quer sejam económicas, políticas, culturais ou ambientais, sobretudo social no processo de desenvolvimento. Procura-se problematizar e examinar, o papel da globalização sobre o desenvolvimento, enfatizando o comércio externo como dinâmica do processo globalizador, objetivando verificar a sua influência sobre a redução da pobreza. Os resultados demonstraram um aumento do comércio exterior (exportações e importações) e consequentemente redução dos níveis de indigência e pobreza, no entanto, concluiu-se que não existe uma linearidade direta entre as duas componentes, pelo que, seus efeitos dependem de múltiplos fatores e causas como o aumento do PIB per capita, a distribuição da renda, o aumento do emprego entre outros.

Palavras-chave: Globalização. Desenvolvimento. Integração. Pobreza. Comércio externo.

Globalization and Development – External Trade and Poverty Reduction in MERCOSUR Country's

ABSTRAT

The main objective is to analyze and learn the impacts generated from the different variables of the globalization such as economic, political, cultural or enviromental, focusing on the social variable to the development process. It tried to examine and build a broad understanding of the role of globalization on the development, with emphasis on the External trade as the globalisation process driver, determining its influence on the poverty reduction. The results display an increment on the External Trade (export and import) and in turn a reduction of the poverty level, therefore, this work concludes that there is no interdependency between both componentes, External Trade and Level of Poverty, therefore, their effects are triggered by several causes and factors for example increment on GDP per capita, well distribution of income, reduction of unemployment.

Key – Word: Globalization. Development. Integration. Poverty. External Trade.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	IV
AGRADECIMENTOS	V
RESUMO	VI
ABSTRACT	VII
LISTA DE GRÁFICOS	X
LISTA DE TABELAS	X
ABREVIATURAS E SIGLAS	XI

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I- GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	8
1.1. Enquadramento Teórico-Conceitual da Globalização	8
1.1.1. Globalização e abertura económica	12
1.2. O Desenvolvimento	16
1.2.1. Antecedentes Históricos	16
1.2.2. Evolução do Conceito de Desenvolvimento	17
1.2.3. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)	23
1.3. Globalização e suas incidências no Desenvolvimento	25
CAPÍTULO II – COMÉRCIO EXTERNO NO MERCOSUL	29
2.1. Caracterização histórica do MERCOSUL	29
2.2. Evolução do Comércio Externo no MERCOSUL	40
CAPÍTULO III – POBREZA NO MERCOSUL	51
3.1. Mecanismos de medição da Pobreza no MERCOSUL	51
3.2. Panorama atual da Pobreza na América Latina e no MERCOSUL	59
3.3. O papel do Comércio Externo na Redução da Pobreza	64
3.3.1. Verificação das evidências	70
CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	80

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
ANEXOS	95
Anexo A- Brasil: Principais Produtos Exportados	96
Anexo B – Argentina: Principais Produtos Exportados	97
ANEXO C - Venezuela: Principais Produtos Exportados	98

LISTA DE FIGURAS

Figura – 1	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	24
-------------------	--	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico - 1	Volume de Exportações e PIB Mundial, 2000-10.	15
Gráfico - 2	Brasil: Exportações dos Principais Produtos	45
Gráfico - 3	Venezuela: Exportações dos Principais Produtos	46
Gráfico - 4	Argentina: Exportações dos Principais Produtos	47
Gráfico - 5	América Latina: Evolução da Pobreza e da Indigência.	60
Gráfico - 6	Coefficiente de GINI da Distribuição da Renda	64
Gráfico - 7	Brasil: Evolução do PIB, 1999-2011.	70
Gráfico - 8	Brasil: Evolução da renda per capita, 1999-2011.	70
Gráfico - 9	Brasil: Evolução do desemprego	71
Gráfico - 10	Brasil: População empregada por setores	71
Gráfico - 11	Argentina: Evolução do PIB, 2010-2011.	73
Gráfico - 12	Argentina: Evolução do desemprego	74
Gráfico - 13	Argentina: População empregada por setores	74
Gráfico - 14	Venezuela: Evolução do PIB, 2000-2011.	75
Gráfico - 15	Venezuela: Evolução do desemprego	76

LISTA DE TABELAS

Tabela - 1	Extensão Territorial dos Países do MERCOSUL	38
Tabela - 2	População dos Países do MERCOSUL	38
Tabela - 3	Evolução do Comércio Externo com o Mundo	43
Tabela - 4	Evolução das Exportações para o Mundo, por País.	44
Tabela - 5	Evolução das Importações Originárias do Mundo, por País.	44
Tabela - 6	Evolução das Exportações Intrarregião, por País.	49
Tabela - 7	Evolução da Pobreza e Indigência no MERCOSUL, 2002-2011.	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
BCE	Banco Comercial Europeu
BIRD	Banco internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CELADE	Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia
CEPAL	Comissão Económica para América Latina e Caribe
CMMAD	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNUAP	Fundo das Nações para as Populações
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
IBGE	Instituto Brasileiro de Gestão e Estática
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NAFTA	North American Free Trade
NU	Nações Unidas
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
OECD	Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Económico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
TEC	Tarifa Externa Comum

UE

União Europeia

WTO

World Trade Organization

INTRODUÇÃO

A globalização foi tão sonhada e desejada, que não pode conter definitivamente em si os contornos de uma catástrofe. As momentâneas dificuldades que nos cria são apenas o preço de nos termos deixado surpreender por ela. O preço de não termos feito as adaptações necessárias às suas exigências e de continuarmos a resistir às suas correspondentes reformas (SANTOS, 2008, p.110).

O presente trabalho tem como objetivo compreender e analisar as consequências produzidas pela *globalização* em suas diversas variáveis quer sejam económicas, políticas, culturais ou ambientais, sobretudo social no processo de desenvolvimento. Sendo este um campo bastante amplo, focalizámos o nosso estudo analisando a evolução do comércio externo e da pobreza em três países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a saber: Argentina, Brasil e Venezuela com vista verificar a existência de uma relação entre aumento do comércio externo e redução da pobreza.

A seleção do tema deveu-se ao facto do MERCOSUL ser um dos blocos regionais que mais tem prosperado se comparado com outros blocos da América ou mesmo de outros continentes. Visando obter dados compactos, evitando-se a dispersão, selecionámos para nossa análise os três países acima referidos, e os anos 2000 a 2011 como período de referência.

A globalização é aqui tomada como sendo o resultado da multiplicação e da intensificação das relações que se estabelecem entre os agentes económicos situados em diferentes pontos do planeta. Para muitos, é positiva no sentido em que perspectiva uma boa governança, traz a paz, convergência económica e um mundo sem fronteiras entre os países, para outros, continua a ser um fenómeno amplo e difícil de ser definido, sujeito a variadíssimas críticas, e recheado de incertezas e inadequações perante a atual dinâmica de reestruturação económica e de desenvolvimento do mundo.

É neste diapasão e seguimento que Giddens (2004, p.58), procura caracterizar e sintetizar três faixas para distinguir os debates em torno da globalização. Por um lado,

encontramos os *céticos* que defendem que a ideia da globalização é exagerada – que o debate não passa de muita conversa sobre algo que não é novidade, por outro, encontramos os *hiperglobalizadores*, que adoptam uma posição oposta à anterior e defendem a globalização como fenómeno real, cujas consequências se podem sentir praticamente por todo o lado. Por ultimo, encontramos os *transformacionistas* que tem a globalização motor das mudanças que alteram as sociedades modernas, nomeadamente: a liberalização do comércio, expansão mundial das grandes empresas, expansão de capitais, mobilidade de pessoas, acesso à informação em tempo “real” fruto dos avanços e da expansão das tecnologias de informação etc., enquanto outros são bastante críticos quanto aos seus resultados.

O que mudou no mundo atual? o que faz da globalização um fenómeno único na história?. No essencial o mundo era grande agora é pequeno. Era desconhecido, é devassado. Era fraccionado, e agora intercomunica não se funde. As fronteiras abatem-se. As cancelas franqueiam-se. As migrações sucedem-se. Os antípodas avizinham-se. As informações banalizam-se, as culturas interpenetram-se. As cidadanias sobrepõem-se. Os fluxos circulam. Os consumos repetem-se. Os hábitos mimetizam-se. Os espetáculos difundem-se. As línguas divulgam-se. As televisões copiam-se. As identidades fundem-se. Os mercados integram-se. Os valores comungam-se quando não se pagam. As individualidades copiam-se. As diferenças nivelam-se. Do mesmo passo, as tecnologias, as comunicações, as informações, os transportes, os mercados, as trocas, as bolsas, os “offshores”, os paraísos fiscais, a especulação financeira, as máfias, o crime organizado, as drogas, as mega-empresas, o mercado comum das ideias, os hábitos os costumes, a fome, o desemprego [...] tudo isso vertiginosamente se globaliza (SANTOS, 2008, p.112-113).

O quadro anterior mostra-nos que o mundo atual vai se tornando cada vez mais interdependente, com as ações e acontecimentos dos estados a repercutirem-se noutros estados dependendo da sua localização geográfica.

A globalização, essencialmente a económica, originou interdependência, mas também acentuadas desigualdades internacionais, ou seja, a economia mundial é hoje um campo

desnívelado onde os países desenvolvidos concentram o capital e a geração de tecnologias, aprofundando cada vez mais as assimetrias regionais de acordo com a Comissão Económica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2002). Estas assimetrias constituem a base das desigualdades internacionais em termos de distribuição da renda.

O relatório da Comissão Mundial sobre as Dimensões Sociais da Globalização, instituída pela Organização Internacional do trabalho (OIT, 2005), alerta que o processo de globalização atual tem estado a produzir resultados desiguais entre os países e no interior dos mesmos. Cria riquezas, mas são demasiados os países e as pessoas que não participam dos benefícios [...]. Muitos deles vivem no limbo da economia informal, sem direitos reconhecidos e em países pobres, que subsistem de forma precária e à margem da economia global. Mesmo nos países com bons resultados económicos muitos trabalhadores e comunidades têm sido prejudicados pelo processo de globalização.

Ainda de acordo com a comissão "tais desigualdades globais são inaceitáveis do ponto de vista moral e insustentáveis do ponto de vista político". Insiste na "falta de equidade nas regras globais em matéria de comércio e finanças e nas repercussões desiguais que tem sobre os países ricos e pobres", assim como na "incapacidade das políticas internacionais atuais para dar resposta aos desafios impostos pela globalização".

Hirst e Thompson (Cit. por BRUM *et al.*, 2003, p.19) entendem que a globalização não é mais do que uma projeção ideológica das grandes empresas e dos grandes grupos financeiros internacionais interessados em aumentar seus lucros sem reduzir despesas. Assim sendo, não aceitam a constatação de que nas últimas duas ou três décadas ocorreu uma ruptura na sociedade internacional nascida da paz Vestefália e que direcionou o mundo para uma nova era: a era da globalização.

Nos dias de hoje, a globalização é ainda um ponto de discórdia. Do nosso ponto de vista, os vários questionamentos muitas vezes apresentam equívocos, no sentido em que, procuram confundir a globalização com o neoliberalismo, deixando de refletir sobre os avanços e as transformações causadas e ocorridas no mundo nos últimos anos.

Portanto, discordamos em parte com algumas posições e críticas, já que a globalização é um processo amplo que articula vários sectores que influenciam o desenvolvimento.

Os contornos mencionados adiante justificam a nossa discordância, já que permitem inferir que a globalização é um processo que tem acelerado conexões regionais e globais, alicerçado por novos atores internacionais em especial as empresas multinacionais. Percebe-se que, na medida em que se estabelecem novas dinâmicas de comunicação e de intercâmbios, definem-se novas estratégias que possibilitam e impulsionam novas “*aberturas comerciais*” para os Estados–Nação.

De maneira geral a globalização deve entender-se como uma expansão daquilo que, sendo local, passa a abranger o globo segundo Santos. Para Robertson as relações, entre o que é local e o que se apresenta como global, são muito recentes e prendem-se com a emergência de uma “consciência global” (Cit. por NUNES, 2010, p.405).

Aliando-se à linha dos *hiperglobalizadores* Dan (2006, p.17) considera que com a globalização económica os Estados–Nação eliminam restrições impostas à livre circulação dos fatores como mercadorias, capital e mão de obra, realizando assim, ao nível global a liberalização do comércio, do investimento, da circulação da mão de obra, bem como a precificação dos preços dos fatores de produção.

Na generalidade a abertura comercial, aliada à eliminação de barreiras pode ser um fator positivo, pois gera ganhos para as economias. Um melhor desenvolvimento é aquele que procura centrar-se no aumento da geração de riquezas e que estas se transformem numa melhor distribuição de renda, através de avanços sociais para a humanidade em geral e para os países em desenvolvimento. Assim sendo, para que o desenvolvimento se consolide, é necessário remover as principais fontes de privação de liberdade: pobreza, tirania, carência de oportunidades económicas e distribuição social sistemática (BRUM *et al.*, 2003, p.29).

Um dos resultados da globalização tem sido sem dúvida como verificámos a abertura económica e conseqüente aumento do crescimento económico. Para Costanza e Daly

(Cit. por DIAS, 2009, p.17) este “*crecimento*” não deve ser confundido com desenvolvimento. Crescimento económico, definido pelo aumento dos fluxos, é destrutivo para o capital natural e, a partir de um determinado ponto, pode trazer mais custos do que os benefícios resultantes do capital manufaturado produzido, traduzindo-se em empobrecimento em vez de enriquecimento. O conceito de desenvolvimento pressupõe uma melhoria qualitativa, que não deve ser alcançada à custa do capital natural.

Nos últimos anos o trinómio “*Crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade*” tem sido destaque para os governos e organismos internacionais. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publica anualmente os Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH), reforçando a perspectiva de que a relação entre crescimento económico e desenvolvimento humano não é linear, uma vez que se trata de uma condição necessária, mas não suficiente.

O RDH de 2010 indica três diferentes dimensões¹, para medir o desenvolvimento humano: *saúde, educação e renda*, entretanto, mantém o crescimento económico como um meio para reduzir as desigualdades e melhorar os níveis de desenvolvimento humano (PNUD, 2010, p.7).

Recentemente no ano 2000, as Organizações das Nações Unidas (ONU) e vários governos mundiais definiram os “Objectivos do Milénio”, subdivididos em oito categorias, distribuídos em diferentes áreas de atuação. Um dos Objetivos definidos é a

¹ **O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** mede o progresso de uma nação a partir de três dimensões: renda, saúde e educação. Desde 2010, quando o RDH aplica novas metodologias para o cálculo do IDH. Atualmente, os três pilares que constituem o IDH (saúde, educação e renda) são mensurados da seguinte forma: Uma vida longa e saudável (*saúde*) é medida pela expectativa de vida; O acesso ao conhecimento (*educação*) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança; e o padrão de vida (*renda*) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência.

“*Erradicação da Fome e da Pobreza*”, que constituirá nos próximos capítulos uma das áreas foco da nossa análise.

O mundo atual vive várias contrariedades, muitas delas resultantes da globalização. Fatores como as alterações climáticas constituem hoje foco de discussões e discórdias entre os países menos e mais desenvolvidos, entre os mais e menos poluidores, tornando mais difícil conciliar o desenvolvimento sustentável com o crescimento da economia. É óbvio que as consequências resultantes do aumento da concentração de gases de efeito estufa, dos conflitos ambientais, dos conflitos políticos e muitas vezes económicos, são cada vez mais difíceis de enfrentar por parte dos países em vias de desenvolvimento, tornando-se estes vítimas de um problema para o qual praticamente não contribuíram.

Partindo dos aspectos acima mencionados emergiram alguns questionamentos nomeadamente: Até que ponto o fenómeno da globalização impacta no desenvolvimento? Existirá uma relação entre aumento do comércio externo e redução da pobreza?. Com base nestas questões e tendo em conta os objetivos definidos anteriormente, nos próximos capítulos procuramos abordar vários aspectos teóricos-metodológicos e práticos que nos ajudarão a responder às questões colocadas. Para um melhor detalhe relativamente à estrutura do trabalho, a nossa metodologia baseou-se essencialmente na revisão e análise bibliográfica de trabalhos existentes sobre o tema, nomeadamente: teses mestrados e doutoramentos, livros, revistas científicas, artigos de revistas e jornais, publicações eletrônicas etc.

O nosso estudo divide-se em três capítulos, sendo, o primeiro que retrata a “Globalização e o Desenvolvimento” tendo como principal foco a descrição dos principais conceitos teóricos existentes sobre a globalização e o contexto em que estes se inserem, em seguida faz-se uma abordagem dos reflexos da globalização sobre a abertura económica. Posteriormente, faz-se um enquadramento histórico do desenvolvimento, onde são abordados os vários conceitos e correntes, em seguida uma análise geral dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e suas consequências no desenvolvimento. Finalmente, procura-se identificar os efeitos da globalização sobre o desenvolvimento.

O segundo capítulo é dedicado ao “Comércio Externo no MERCOSUL”, onde inicialmente faz-se uma caracterização do processo histórico que culminou com o atual bloco económico. Procura-se neste capítulo examinar e destacar os principais processos e fases visando à integração iniciados na década de 60 em Montevideu, com a criação na altura da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), e que culminaram na década de 90 com a criação do MERCOSUL. Em seguida analisa-se a evolução do comércio externo nos três países.

No terceiro e último capítulo, “Pobreza no MERCOSUL”, são descritas as abordagens e concepções da pobreza desenvolvidas ao longo dos anos e suas formas e modalidades de aferição nos diferentes países. Posteriormente é analisado o panorama atual da pobreza na América Latina e no MERCOSUL, por último faz-se uma abordagem de estudos e teorias empíricas existentes que procuram abordar e demonstrar e justificar influências do comércio externo na redução da pobreza.

CAPÍTULO I – GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

1.1. Enquadramento Teórico – Conceitual da Globalização.

O termo *globalização* continua sem um consenso relativamente à sua definição. Para os estudiosos das ciências sociais e económicas a globalização está associada às mudanças significativas que vêm ocorrendo nas relações políticas, económicas, sociais e culturais no mundo. De acordo com Rodrick (Cit. por DAN, 2006, p.49) a globalização é um processo que decorreu das seguintes etapas: a primeira, denominada da expansão mercantilista teve início em 1450 terminando em 1850; a segunda caracterizada pelo expansionismo industrial-imperialista e colonialista que decorreu entre 1850 a 1950; a terceira que inicia em 1960, foi acelerada pela desintegração da União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS) e do sistema socialista do Leste Europeu, a Guerra Fria. Um dos momentos marcantes desta fase foi à queda do Muro de Berlim em 1989, assim como o início das reformas na China nos anos 70.

Os elementos norteadores e basilares da fase contemporânea da globalização foram sem dúvida o colapso da economia socialista nos fins da década de 1980, o aumento dos mecanismos internacionais e regionais de governo segundo Giddens (2004, p.59). Aliado a estes encontramos a fluidez e a versatilidade do capital financeiro, de carácter material e imaterial, dotado de potencial de consumo e decisão, inclusive política e de relações internacionais entre países, empresas, conglomerados e indivíduos. É neste ponto que as discussões tornam-se acirradas, pois a “globalização tanto divide como une – divide enquanto une” nas palavras de Bauman (1999, p.8).

Para Kocher (2011, p.153) a globalização tem sido desde as suas origens mais um projeto do que uma realidade para a maioria dos seres humanos. Relembrando Milton Santos (2001, p.15), como alternativa à perversidade e distanciamento entre os Homens, uma “outra globalização”, amparada em elementos mais solidários proporcionaria o reencontro do homem com o Humanismo e a Humanidade.

Há os que concordam com o geógrafo Milton Santos (*idem*, p.13), segundo a qual a “globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”. Em contraponto o cientista político Francis Fukuyama (1999) classifica o atual estágio que a humanidade alcançou, pautado na liberdade econômica – mercados – e política – democracia – que solapou o comunismo e o socialismo, de o “fim da história”.

As discussões sobre o conceito da globalização como se observa têm sido bastante amplas e estendem-se a nível do meio acadêmico e comum, na tentativa de obter uma definição mais clara. Contudo, esta tarefa demonstra-se cada vez mais árdua e distante, atendendo o ponto de vista dos vários autores como se poderá verificar adiante. O nosso objetivo será detalhar com o máximo de precisão possível como este processo se desenvolve, quais as variáveis o influenciam e quais as consequências diretas e indiretas produzidas pelas transformações em curso no mundo atual, assim como examinar a visão dos defensores e não defensores deste fenómeno mundial.

Sob o aspecto prático, uma das definições de globalização que importa mencionar é a de Held (1997, p.42-44), que define globalização como:

“a expansão e o aprofundamento de relações sociais e de instituições através do espaço e do tempo, de forma que as atividades quotidianas se encontram cada vez mais influenciadas por ações e acontecimentos que têm lugar no outro lado do globo, e por outro lado, as práticas e decisões dos grupos e comunidades locais podem ter importantes repercussões globais”.

O autor explicita características basilares do fenómeno atual que discutimos, a saber: enraizamento de elos sociais heterogêneos nos patamares espacial e temporal; sobrepeso constante de tradições e novidades a outras populações, por vezes nunca antes contactadas pela originária influenciadora; deliberações particulares e regionais arbitrando importância mundial.

O fortalecimento do sistema capitalista, associado aos avanços tecnológicos dos meios de transporte e comunicação, tanto física como virtualmente, trouxe à tona os efeitos

produzidos pela nova fase em que vivemos: a *globalização*. No entender de Milton Santos (2001, p.15), “os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada”.

No entender de Giddens (2004, p.75):

“a globalização é muitas vezes tida como fenómeno económico, embora este ponto de vista seja demasiadamente simplista. A globalização resulta da conjugação de fatores sociais, políticos, económicos e culturais. É conduzida sobre tudo, pelos avanços nas tecnologias de informação e comunicação, que intensificam a velocidade e a amplitude da interação entre as pessoas em todo o mundo”.

Procurando integrar-se na visão dos autores anteriormente mencionados, Fridman (Cit. por KAIZELER, 2006, p.11) sintetiza: “globalização é um processo de integração do capital, de tecnologias e de informação, para lá das fronteiras nacionais, criando o mercado global único e em certa medida uma aldeia global”.

Se para uns a globalização é um processo integrador, com benefícios múltiplos para as sociedades, para outros não passa de uma falsidade. Nos últimos quinze-vinte anos constituíram-se vários movimentos de cidadãos, com o propósito de manifestar a sua oposição à globalização. Estes movimentos espalhados a nível mundial são heterogêneos e procuram na generalidade alternativa à mundialização, quer em países de forma isolada como nos grandes fóruns mundiais.

Estes movimentos são contra os considerados *globalistas corporativos*, como as empresas transnacionais, instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a Organização mundial do Comércio (OMC) e vários governos que integram o G8. Os propósitos deste grupo são os de acelerar as tendências globalizadoras, constituindo uma mola impulsadora que resolveria todos os problemas.

Para os *globalistas corporativos*, é importante salvar os investimentos e a propriedade privada, ao mesmo tempo, eliminar as barreiras ao livre comércio, a livre circulação de bens e capitais, minimizando o poder dos estados reduzindo os meros gestores dos serviços básicos que permitam a existência do mercado livre (PERÉZ, 2008, p.478).

No entanto, os chamados *antiglobalistas* reprovam a visão globalista. As suas ideias centram-se nas pessoas e no meio ambiente, veem o mundo mergulhado numa crise, com repercussões que ameaçam a continuidade dos seres humanos. Para estes o mundo esta cheio de desigualdades, que aumentam a cada dia (*idem*).

Instituições como a CEPAL reforçam a visão “*antiglobalista*”. Analisando o contexto atual do mundo a CEPAL (2002, p.20) através de um relatório apresentado no vigésimo nono período de sessões realizado em 2002 no Brasil, com tema “*globalização e desenvolvimento*”, afirma que as novas regras económicas globais ainda são insuficientes e exibem claros vazios institucionais. Nas três últimas décadas, os problemas comuns globais têm sido uma preocupação para as instituições internacionais e para os vários governos. O uso descontrolado dos recursos naturais tem estado a aumentar e influenciar nos impactos ambientais de carácter mundial, tais como o aquecimento global, a redução da camada de ozono, a diminuição da biodiversidade e o avanço da desertificação e da seca, que adquirem e constituem hoje a forma perversa de “males públicos globais”.

Os chamados "males públicos globais" estão vinculados de certa forma às dimensões económicas, como o crescimento da criminalidade internacional; a produção, comércio e consumo de drogas e sua estreita relação com o financiamento do terrorismo, com o tráfico de armas e com a circulação internacional de capitais ilícitos, derivada do tráfico de drogas e de diferentes formas de corrupção que transcendem as fronteiras nacionais. A necessidade de controlar a circulação destes capitais, tanto nos países em desenvolvimento como nos próprios países desenvolvidos, e nos centros financeiros *off-shore*, foi reconhecida com atraso, porque exige que se limite a vigência do sigilo bancário para dar vez a esquemas especiais de controle da circulação de dinheiro ilícito.

Para Santos (2008, p.52) “a globalização, assim desregulada, continuará a concentrar a riqueza e a difundir a pobreza”. Na sua ótica nunca os excluídos foram tantos e neste diapasão e com este evoluir o mundo pode desaguar numa catarse violenta - atômica, social, religiosa, cultural, tipo francesa ou tipo Maio de 68 – mas de espectro mundial e de acrescida capacidade de destruição.

O palco no qual a globalização evolui e atua permite que todos os sujeitos e atores participantes, sob o óbice meramente económico, reproduzam e fortaleçam a universalização da produção, o qual impôs aos membros da recente fase do sistema capitalista a criação de alternativas competitivas, seja no plano regional ou multilateral a fim de confrontar e acompanhar o novo processo integracionista da economia.

Stiglitz (Cit. por KAIZELER, 2006, p.17) acredita que “a globalização é a forma de integração mais estreita dos países e dos povos, que resultou da enorme redução dos custos de transportes e de comunicação e a destruição de barreiras artificiais à circulação transfronteiriça de mercadorias, serviços, capitais, conhecimentos e pessoas”.

Sem dúvida, com a globalização, as economias dos países tornaram-se mais abertas e uma das áreas afetadas foi o comércio internacional. Os benefícios da abertura económica, normalmente ligados às trocas comerciais e ao desenvolvimento ainda são bastante discutíveis, entretanto, é certo que a abertura das economias constitui uma condição vital para a afirmação de um país no contexto internacional, servindo também, como estímulo para o crescimento económico e para a redução da pobreza.

1.1.1. Globalização e abertura económica.

O comércio mundial é um processo que conheceu uma expansão acelerada ao longo do século XIX, mais do que o produto mundial. Esta expansão deveu-se a vários fatores, destacar as primeiras revoluções industriais, a forte diminuição nos custos de transporte gerados, a *Pax Britânica* que se impôs com o fim das guerras napoleônicas, e a substituição dos princípios de regulamentação mercantilista por aqueles da livre iniciativa (CEPAL, 2002, p.29).

Após Segunda Guerra Mundial tem início uma nova etapa de integração global das economias com duas fases inteiramente diferentes. A primeira tem início com os efeitos da regulamentação macroeconómica definida em 1944 em Bretton Woods, onde as potências vencedoras procuraram reordenar o mundo, fundando vários organismos internacionais como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o FMI, o BM, para além de ter desencadeado o aparecimento de várias instituições internacionais como o Fundo das Nações para Agricultura e Alimentação (FAO), o Fundo das Nações Unidas para Educação e Cultura (UNESCO) e um pouco mais tarde o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) que veio a culminar com a atual Organização Mundial do Comércio (MORAIS, 2006, p.20).

A segunda fase abrange o período 1945 e 1973, caracterizado pelo esforço para desenvolver instituições de cooperação internacional em matéria financeira e comercial, e pela grande expansão do comércio de manufaturas entre os países desenvolvidos, bem como, pela existência de uma grande variedade de modelos de organização económica no mundo inteiro, e por uma baixa mobilidade de capitais e de mão-de-obra (CEPAL, 2002, p.18-19).

Os anos 80 e 90 reserva-nos uma terceira fase, cujos atributos são a gradual expansão do comércio internacional, o aumento e presença de grandes empresas a nível mundial, o crescimento e elevada mobilidade dos capitais, e uma notável tendência à homogeneização dos modelos de desenvolvimento, além do crescente movimento de mão-de-obra.

Com a regulamentação internacional definida, os mercados incrementaram seus fluxos comerciais, expandindo-se mais que a produção mundial. As fronteiras deixaram de ser obstáculos para a movimentação de bens e serviços, facilitando as trocas entre países, conseqüentemente o crescimento económico e o desenvolvimento a longo prazo.

De acordo com a Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Económico (OCDE) a abolição de todos os direitos aduaneiros sobre o comércio, assim como a redução dos custos do comércio em 1% do valor do comércio mundial aumentaria a

prosperidade global em mais de 170 mil milhões de dólares por ano, em algumas áreas em até 2% do PIB (Cit. por LOVE; LATTIMORE, 2009, p.2).

Este contexto é apoiado por Stiglitz (Cit. por DOMINGUES, 2003, p.4) que afirma que o comércio internacional ajuda o desenvolvimento económico quando as exportações de um país impulsionam seu crescimento económico.

O período de pós-guerra conheceu um momento ímpar na história. O volume de trocas comerciais – considerando a proporção da produção mundial, aumentou 8% na véspera da primeira guerra mundial para quase 20% no final do século XX. Realçar o fato dos investimentos estrangeiros estarem focalizados na indústria de manufaturas, e em países diferentes da sua origem, com destaque para as indústrias norte-americanas (MORAES, 2006, p.22).

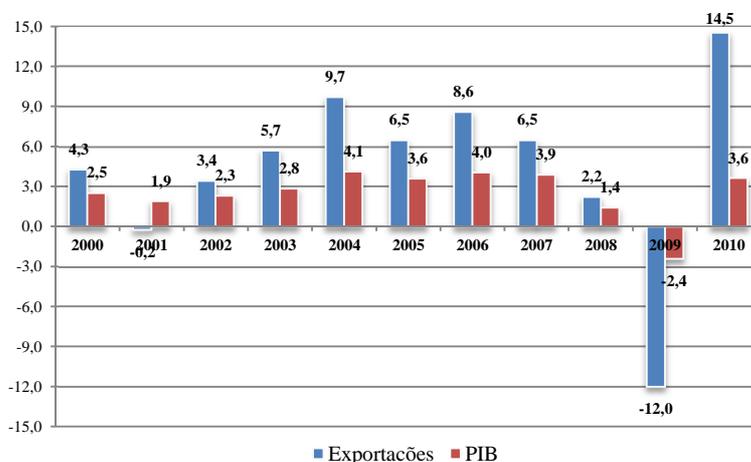
Segundo Frieden (Cit. por: MORAES, 2006, p.22-23) por e.g. os investimentos Americanos na Europa Ocidental cresceram de US\$ 1,7 bilião em 1950 para US\$ 17,2 bilhões em 1966 e US\$ 30,7 bilhões em 1972.

Os investimentos dos países da OCDE que alcançaram U\$ 302 bilhões no período 1971-1980 cresceram para cerca de U\$ 1 trilhão no período 1980-90. Os fluxos financeiros também cresceram, tendo o volume de crédito bancário que em 1965 representava de 15% do PIB mundial, aumentado para 30% em 1990 (SALAMA, 2005, p.9).

Observando as exportações mundiais, verifica-se que em 1965 estas representavam 12% do PNB, tendo em 1990 atingido 15%. Devido à crise da década de 80, nos anos 1980-85 verificou-se uma queda acentuada, no entanto, em 1990 as exportações voltaram a aumentar para 12,5%, enquanto o PNB crescia 3,3% ao ano, no período 1985-1990. Grandes empresas se internacionalizaram e em função disto, os stock's de investimentos externos cresceram mais do que os investimentos domésticos.

Segundo a OMC (2011, pag.15) as exportações mundiais têm estado a acompanhar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Até 2007 a situação era

considerada estável, entretanto, com o surgimento da crise económica em 2008, as exportações e o crescimento da economia internacional foram afetados reduzindo para 2,2% e 1,4% respetivamente. Em 2009, o cenário foi catastrófico com tendências negativas. A partir de 2010, inicia-se um ciclo de recuperação, entretanto, de forma desigual, com destaque para os países desenvolvidos. O crescimento da economia mundial aumentou 3,5% enquanto as exportações neste mesmo período aumentaram 1,4%. Nas últimas décadas o comércio internacional de mercadorias cresceu 4,3% e o PIB aumentou 2,5%. Entretanto o comércio de mercadorias foi volátil que o PIB (gráfico 1).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados OMC (Estatísticas do comércio internacional, 2011).

Gráfico 1- Volume das exportações de mercadorias e PIB Mundial (%), 2000-2010.

Os Estados Unidos da América (EUA) continuam a liderar o comércio internacional, seguindo-se da China e da Alemanha. As suas exportações e importações aumentaram 3.247 milhões de dólares em 2010 e o seu déficit cresceu 691 mil milhões de dólares. A China e Alemanha apresentaram superávit na balança comercial de 183 e 202 mil milhões de dólares, respetivamente. Outras economias destacaram-se como a do Japão, com um superávit de 76 mil milhões de dólares em 2010, cujas exportações e importações cresceram 1.464 mil milhões de dólares, situando-se como quarta economia mundial (OMC, 2011, pag.15).

Até aqui procuramos detalhar o fenómeno da globalização, analisando as suas raízes históricas, os principais conceitos e visões existentes, assim como seu reflexo na abertura das economias mundiais. Em seguida procuraremos abordar o “desenvolvimento” como processo, examinando inicialmente a origem do conceito e na sequência o impacto da globalização sobre o desenvolvimento.

1.2. O Desenvolvimento.

1.2.1. Antecedentes históricos.

A problemática do desenvolvimento/subdesenvolvimento é objeto central na economia do desenvolvimento que emerge após a Segunda Guerra Mundial, coincidindo também com a independência da maioria das ex-colónias africanas e asiáticas. A busca desenfreada pela industrialização e pelo desenvolvimento económico levou a maioria dos países do mundo a concentrar os seus esforços na promoção do crescimento do PIB, deixando a qualidade de vida em segundo plano. O crescimento económico era visto como meio e fim do desenvolvimento.

Sunkell e Paz (Cit. por OLIVEIRA, 2002, p.38) enfatizam que terminado o conflito bélico, que foi resultado de fatores económicos, políticos e históricos o desenvolvimento passou a ser uma prioridade para maior parte dos países, essencialmente os aliados, que visavam livrar o mundo, e, obviamente, seus próprios territórios, dos problemas que os perseguiram (e ainda perseguem) nos períodos anteriores: guerra, desemprego, miséria, discriminação racial, desigualdades políticas, económicas e sociais. Essa preocupação revelou os anseios de progresso e de melhoria das condições de vida das nações e regiões. Um marco importante nesta época é a Carta das Nações Unidas, divulgada, em abril de 1945, na Conferência de São Francisco. Cabe lembrar que foi em São Francisco, nesse mesmo ano, que oficialmente é criada a ONU, composta inicialmente por 51 países, cuja finalidade primava pela manutenção e melhoramento dos níveis de qualidade de vida, ou seja, tinha como propósito contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos.

Com a criação da ONU os debates em torno do desenvolvimento incrementam-se. Nesta altura varias instituições internacionais são criadas, com intuito de apoiar programas voltados para o desenvolvimento dos países, nomeadamente o FMI o BM, a FAO, o BIRD, o Programa para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Organização Mundial de Saúde (OMS) entre outras. Cada uma delas tinha como função e objectivo a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

1.2.2. Evolução do conceito de Desenvolvimento

De acordo com Lopes (2002, p.17) “Desenvolvimento é o **fim** e o crescimento apenas o **meio**”.

A controvérsia entre os conceitos de crescimento económico e desenvolvimento ainda é bastante discutida, quer a nível académico, científico, como institucional. De acordo com Scatolin (Cit. por OLIVEIRA, 2002, p.39), poucos são os outros conceitos nas Ciências Sociais que se pautam de tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados frequentemente como sinónimos de desenvolvimento. Na verdade, eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenómenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejulga, indicando em que se deverá atuar para alcançar o desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento ganha maior notoriedade na década de 50 após fim da segunda guerra mundial, é importante lembrar que as problemáticas de “mudanças, progressos, bem estar e riqueza” concretamente associadas ao desenvolvimento surgiram muito antes e em várias disciplinas. E.g., nas ciências económicas Adam Smith foi dos primeiros a preocupar-se com a “natureza e riqueza das nações” na sua obra. Outros autores como Tomas Malthus (introduzindo a problemática dos limites dos recursos decorrentes dos recursos naturais alimentares), David Ricardo (com uma perspectiva pessimista), John Stuart Mill (relativizando a perspectiva pessimista, com noção de qualidade e progresso a par da sua dimensão quantitativa) ou ainda Karl Marx (com a sua teoria revolucionaria da histórica e do desenvolvimento do capitalismo). Nas

ciências sociais encontramos as teorias de “mudança” de Max Weber e W. Sombart entre outros. (Cit. por AMARO, 2003, p.42).

A associação entre desenvolvimento e crescimento económico, é uma preocupação realçada por vários autores, a destacar Paul Rosenstein, Ragnar Nurkse, Artur Lewis, Raul Prebisch entre outros (*idem*, p.48).

Lewis (*idem*, p.47) ao publicar o seu livro sobre o desenvolvimento *The Theory of Economic Growth* afirma que:

“o desenvolvimento económico deve ser definido como uma melhoria sustentada e secular do bem estar material [...] refletida num fluxo de crescente de bens e serviços” , ou que “o problema do desenvolvimento crescimento é do aumento de rendimento através de um produto per-capita acrescido de forma que cada individuo possa consumir mais”

Sem dúvidas que uma das consequências de se associar os dois fatores “desenvolvimento e crescimento económico” é o facto de se utilizar indicadores de crescimento económico para aferir a qualidade do nível desenvolvimento dos países.

Entretanto, as contribuições verificadas nas décadas passadas levou a reconhecer as limitações de um conceito de “desenvolvimento” centrado na dimensão económica. Desta forma, ao longo dos anos procurou-se alargar o conceito incorporando outras dimensões para além da económica, nomeadamente a social, a humana e a ambiental. A inclusão destas abordagens não pressupõe a negação da importância do crescimento económico como fator para medir o desenvolvimento, elas apenas procuram e salientam que, embora necessário, ele é insuficiente para assegurar o desenvolvimento.

Para Bonete e Filhos (Cit. por MOREIRA; CRESPO, 2012, p.26) a “velha noção de desenvolvimento que tem como principal meta diminuir as disparidades de rendimento per capita entre as nações, parece limitada a amplitude desses problemas”.

Com este contexto Reis (*idem*, p.27) afirma que “as novas abordagens do desenvolvimento, nomeadamente a do desenvolvimento humano e do desenvolvimento sustentável, as mais recorrentes - contribuem para a pesquisa de um conceito de desenvolvimento mais humanista, orientado para a natureza humana e o direito de todos a uma vida digna, saudável, esclarecida e justa”.

Contribuindo para a necessidade da melhoria do conceito atual do desenvolvimento, Lopes (2002, p.17), afirma que a incorporação outras dimensões que transcendem a económica: a liberdade, a justiça, o equilíbrio, a harmonia são-lhe inerentes. Não se pode considerar uma sociedade desenvolvida, por mais rica em termos médios e materiais, onde a opressão e as desigualdades se instalaram, onde o bem-estar de alguns acontece à custa da pobreza de outros

Segundo o autor Desenvolvimento é:

- Acesso, já que a acessibilidade é mensurável;
- Acesso das pessoas, porque o desenvolvimento é para as pessoas;
- Acesso das pessoas, onde vivem, porque não é legítimo contar apenas com a possibilidade de algumas se deslocarem a procurar o desenvolvimento quando este não lhes chega; seriam de resto as mais desfavorecidas a ter menos capacidade para procurá-lo, já se disse;
- Acesso das pessoas, onde vivem, aos bens e serviços e às oportunidades que permitem satisfazer as suas necessidades básicas, incluindo-se nas “oportunidades”, e.g., o emprego e a formação, como necessidades verdadeiramente básicas, e no conjunto dos bens, serviços e oportunidades, a fruição de bens e serviços culturais – outro exemplo.

As discussões atuais visam definir, esclarecer e atualizar o desenvolvimento de acordo com as mudanças decorrentes no mundo. Desta forma o PNUD através dos RDH tem procurado nos últimos anos incorporar ao conceito de desenvolvimento a componente humana. O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013 salienta que os países para se desenvolverem não podem depender apenas do crescimento económico como

defendem várias teorias e autores. O PNUD defendia anteriormente esta tese e paulatinamente foi enquadrando-a de acordo com a realidade atual, ou seja, a relação entre crescimento e desenvolvimento humano não é automática, esta deve estar interligada com as políticas estruturadas em favor dos pobres que, no seu conjunto, contribuam para o investimento nas áreas da saúde e na educação, na criação de mais postos de trabalho dignos, a prevenção da sobre exploração e do esgotamento dos recursos naturais, a garantia do equilíbrio de género e da distribuição equitativa da riqueza, e a prevenção da desnecessária deslocação de comunidades (PNUD, 2013, pag. 64).

Na sua obra Amartya Sen (Cit. por CORSI, 2002, p.26) procura agregar ao desenvolvimento um conjunto de variáveis que têm exercido grande influência sobre os trabalhos da ONU, concebendo o “desenvolvimento como um processo de expansão da liberdade desfrutada pelos membros de uma sociedade”.

No extrato acima a autora ressalta a importância de as pessoas terem a possibilidade de aceder aos meios e aos recursos que lhes propiciem condições reais de exercerem seus direitos e sua liberdade.

Prosseguindo, chama a atenção de que “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social [...]. O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades económicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”.

Na continuidade de incorporação de outras componentes ao desenvolvimento, as Nações Unidas através da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), também conhecida como Comissão de Brundtland,

presidida pela norueguesa Gro Harlem Brundtland, apresentou no processo preparatório da Conferência – também chamada de “Rio 92” o relatório “*Nosso Futuro Comum*” (TAYRA, 2007).

O relatório Brundtland procurou incorporar ao conceito de desenvolvimento, o fator “sustentabilidade” definindo assim:

“desenvolvimento sustentável aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”.

O conceito de desenvolvimento sustentável não é novo. De acordo com Meadows e Meadows (Cit. por MOREIRA; CRESPO, 2012, p.39), no início da década de 1970 emergiu o conceito de ecodesenvolvimento, o qual estaria na base do futuro conceito de desenvolvimento sustentável, na sequência de dois acontecimentos importantes com influência decisiva para a afirmação das preocupações com o desenvolvimento e o ambiente - a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (Estocolmo, em 1972) e o estudo encomendado pelo Clube de Roma sobre a compatibilidade das reservas de recursos estratégicos com os ritmos de crescimento.

De forma geral o que se procura não é subestimar a importância do crescimento económico. Os países pobres e com um grande número de populações desfavorecidas necessitam de rendimentos mais elevados. A nível nacional, um crescimento mais rápido pode permitir que determinado país reduza a sua dívida e o seu défice, gerando receitas adicionais, que podem ser aplicadas em vários investimentos que visem melhorar o nível de vida das suas populações, essencialmente nos serviços básicos como saúde, saneamento básico, água, educação etc.

A tendência dos últimos 20 anos procura demonstrar e incorporar ao conceito de desenvolvimento outras abordagens para além da económica, como forma de salvaguardar as necessidades das gerações atuais e futuras, atingirem um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural,

fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável, consciente dos recursos disponíveis nos seus países.

Note-se que o conceito de desenvolvimento ainda bastante ligado a história, pode sofrer mudanças ou renovação ao longo dos próximos anos, com novas conotações, responsabilidades históricas e até conotações negativas. Esta visão negativa por vezes leva autores como Tim Allen e Alan Toomas, Ignasy Sachs, Claude Alvarez ou ainda Majid Rahnema (Cit. por AMARO, 2003, p.65) a considerarem o abandono deste conceito e a entrada numa nova era do novo “*pós-desenvolvimento*”. Para estes, o desenvolvimento, como conceito e instrumento não soube lidar com os problemas sociais e ambientais das sociedades em geral, servindo no essencial como instrumento de denominação dos países industrializados do Norte em particular dos EUA, permitindo manter o elevado nível de vida das suas populações.

No nosso entender, a incorporação de várias abordagens, essencialmente a mencionada pelo PNUD é positivo, se percebermos que o IDH configura-se como um índice de medição do desenvolvimento do que de crescimento, pelo que, a sua aplicação não seria viável por e.g., para medir o desenvolvimento económico, enquanto a renda *perca pita* permite fazê-lo. Atualmente vários países ou instituições internacionais quando procuram comparar níveis de desenvolvimento económico utilizam a renda *per capita* como indicador.

Num momento em que vários países apresentavam e prometiam prosperidade, crescimento das suas economias, assim como o aumento do nível de vida das suas populações, outros países careciam de quase tudo, com taxas elevadas de populações vivendo na pobreza, já que cerca de 1,1 bilhão de pessoas ainda estavam obrigadas a viver com menos de um dólar/dia, altos índices de desemprego, conflitos internos, acelerada degradação ambiental, era necessário que os governos mundiais e as organizações internacionais comesçassem a dar respostas a estas preocupações mundiais. Desta forma no ano 2000 realiza-se em Nova York a conferência das NU “Cimeira do Milênio” que elabora a Declaração do Milênio, definindo oito prioridades coletivas,

chamados de *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (ODM) que a seguir abordamos com maior precisão.

1.2.3. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Falar em desenvolvimento, estamos ao mesmo tempo a falar de crescimento, de bem estar, sustentabilidade, bem como subdesenvolvimento de carências, privações e desequilíbrios, ou ainda, de mudança, modernidade e ocidentalização, podendo assim ter vários sentidos (SANTOS *at al.*, 2012, p.58).

A necessidade de integrar e enriquecer o conceito com novas abordagens obrigou o PNUD ao analisar o desenvolvimento dos países através do RDH, incorporar outras componentes, como a renda *per capita*, grau de escolaridade e expectativa de vida. A incorporação destes aspectos foi importante, no sentido em que dados de relatórios de várias Organizações Internacionais vêm demonstrando que o mundo atual está pautado por grandes diferenças e desigualdades.

Partindo desta e de outras realidades em 2000, realizou-se a denominada “*Cimeira do Milênio*” com participação de 189 países e representantes das principais organizações internacionais, nomeadamente a ONU, a OCDE, o FMI e o BM. O grupo assumiu como preocupação, o combate à pobreza e outros males da sociedade, elegendo oito desafios de desenvolvimento, os chamados *ODM*, que devem ser realizados até 2015 de acordo com Miranda (Cit. por REZENDE, 2008, p.186).

Lembrar que estas obrigações comuns são direcionadas para “todas as pessoas do mundo, especialmente as mais vulneráveis e, em particular, as crianças do mundo a quem pertence o futuro”. Os oito objetivos específicos como acima referido, dizem respeito ao combate à pobreza e ao desenvolvimento sustentável, conforme se descreve:



Fonte: PNUD (2013)

Figura 1- Objectivos do Milênio

Dentro dos oitos Objectivos definidos destacamos o “Combate à Pobreza e Fome”. De acordo com o BM a taxa global da pobreza é projetada ao redor de 15%, ligeiramente acima dos 14,1% previstos antes da crise financeira mundial, no entanto, supera as metas graças a ganhos acumulados no passado. Em 2008, segundo estimativas cerca de 1.290 milhões de pessoas — o equivalente a 22% da população mundial vivían com menos de US\$1,25/día. Análises posteriores a 2008, revelam que à crise de alimentos e combustíveis, assim como financeira ocorrida em 2008, provocaram em alguns casos fortes impactos negativos em populações vulneráveis. Entretanto, dados de 2010, revelam que o coeficiente de pobreza da população que vive com US\$1,25/día, havia reduzido para a metade se comparado com o ano de 1990, ou seja, que o primeiro objetivo de desenvolvimento do Milênio que consiste em reduzir a pobreza extrema para metade, poderá ser alcançado antes de 2015 (BM, 2012).

Associando este ODM a realidade do MERCOSUL, a nossa análise e na abrangência dos ODM, em busca da consecução desta meta, dados da CEPAL (2010, p.25), apontam que apesar do retrocesso observado entre os anos de 2008 e 2009, período da crise mundial a América Latina continua bem encaminhada para cumprir a meta. A porcentagem de avanço é de 82% quando transcorrido 72% do tempo previsto para o

alcance da meta. Dados mais pormenorizados sobre o tema serão analisados em capítulo próximo.

1.3. Globalização e suas incidências no Desenvolvimento.

Tendo em atenção que globalização é a “atualidade, o momento e não o futuro”, na medida em que são estabelecidos canais de comunicação e de intercâmbios, existe maior abertura comercial. A abertura comercial aliada à eliminação das barreiras fronteiriças e comerciais pode ser vista como um fato positivo que se fortaleceu com a globalização, pois permite aos estados obter ganhos que por sua vez impulsionam o desenvolvimento dos países. Com este cenário far-se-á inicialmente uma contextualização sobre as incidências da globalização sobre o desenvolvimento e em seguida destacar o processo de abertura económica e a evolução dos fluxos comerciais e respectivos níveis de desenvolvimento.

Relacionar a complexidade da globalização ao desenvolvimento é sempre difícil e dificulta a tarefa de avaliar, de modo preciso, as vantagens e desvantagens desse processo. Nos últimos anos autores como Brum *at al.* (2003) e estudos económicos de várias instituições e individualidades tem demonstrado impactos visíveis quando se avaliam estes dois processos, essencialmente sobre a evolução da pobreza e das desigualdades, contrariando, algumas tendências como se poderá verificar adiante.

Os efeitos da globalização sobre o desenvolvimento no entender de Brum *at al.* (2003, p. 31) devem ser vistos quando:

“o desenvolvimento económico de cidades e regiões depende das economias geradas em razão do efeito de difusão das inovações, da flexibilidade da organização da produção, da densidade e da qualidade das instituições e da aglomeração urbana. Hoje isto ocorre igualmente por economias externas de escala, redução dos custos de transação e economias de diversidade e de especialização dos territórios graças a um sistema sempre mais globalizado e interdependente. Neste quadro o isolamento regional, especialmente muito evidente no meio rural, não traz benefícios ao desenvolvimento,

constituindo-se, em muitos casos, em verdadeiras zonas de subdesenvolvimento económico e de exclusão social”.

Reforçando as ideias anteriores, na conferência realizada em Doha no ano de 2001, através da sua declaração a OMC enfatiza que:

“o comércio internacional pode desempenhar um papel importante na promoção do desenvolvimento económico e na redução da pobreza. Nós reconhecemos a necessidade de todos se beneficiarem do aumento das oportunidades e de ganhos de bem-estar gerados pelo sistema multilateral de comércio [...]. Recordando o Preâmbulo do Acordo de Marraqueche, continuaremos a fazer esforços positivos concebidos para assegurar que os países em desenvolvimento, e especialmente os menos desenvolvidos entre eles, tenham garantida uma quota no crescimento do comércio mundial proporcional às necessidades do seu desenvolvimento económico. Neste contexto, um melhor acesso aos mercados, regras equilibradas, e bem orientadas, assistência técnica sustentavelmente financiada e programas de capacitação têm papéis importantes a desempenhar (OMC, 2001, traduzido)”²

Verificando os impactos atuais da globalização sobre o desenvolvimento o PNUD (2013) aponta três fatores importantes que podem impulsionar o desenvolvimento, a saber: i) um Estado pro-ativo orientado para o desenvolvimento; ii) a integração nos mercados mundiais; e iii) a inovação sustentada no domínio da política social.

Estes aspectos não assentam em concepções abstratas sobre o processo de desenvolvimento na prática, pelo contrário, assentam comprovadamente em

² International trade can play a major role in the promotion of economic development and the alleviation of poverty. We recognize the need for all our peoples to benefit from the increased opportunities and welfare gains that the multilateral trading system generates. The majority of WTO members are developing countries. We seek to place their needs and interests at the heart of the Work Programme adopted in this Declaration. Recalling the Preamble to the Marrakesh Agreement, we shall continue to make positive efforts designed to ensure that developing countries, and especially the least-developed among them, secure a share in the growth of world trade commensurate with the needs of their economic development. In this context, enhanced market access, balanced rules, and well targeted, sustainably financed technical assistance and capacity-building programmes have important roles to play.

experiências de desenvolvimento ocorridas em vários países e tomando como exemplo os países do sul da Ásia nomeadamente a China, Índia, Malásia, Singapura, Tailândia ou ainda a Coreia do Sul.

E.g., a China conseguiu uma redução do seu défice em termos de IDH superior à de todos os outros países, com exceção do Irão e da República da Coreia. Apesar de um crescimento económico inferior ao da China, a República da Coreia registou os maiores aumentos no IDH. A Índia registou um desempenho económico impressionante, com um aumento do rendimento médio anual de quase 5% no período de 1990-2012. Contudo, o rendimento *per capita* na Índia permanece baixo, tendo rondado os US\$ 3.400 em 2012. Para melhorar os níveis de vida da sua população, será necessário maior crescimento, pois, quando o rendimento é baixo, dificilmente se obtém uma redução significativa da pobreza unicamente através da redistribuição do mesmo. Porém, o desempenho da Índia no que se refere à aceleração do desenvolvimento humano é menos impressionante do que os resultados que obteve em termos de crescimento (PNUD, 2013, p.63-64).

Desta feita inferimos que a globalização foi um marco importante para fomentar o desenvolvimento como se tem estado a verificar em muitos países, entretanto, os Estados como catalisadores deste processo, têm que adaptar as suas políticas de acordo com os desafios, perspectivas e realidades do momento.

Na senda dos debates internacionais sobre os efeitos positivos ou negativos da globalização sobre o desenvolvimento, Stiglitz, prémio Nobel de Economia em 2001, na sua obra publicada em 2002 “*Globalization and its discontents*” mostra-se também bastante preocupado afirmando “acredito que a globalização [...] pode ser uma força favorável [...], entretanto, também acredito que se for esse o caso, a maneira como a globalização tem sido gerenciada, incluindo os contratos comerciais internacionais [...] bem como a política que tem sido imposta aos países em desenvolvimento no processo de globalização, precisa ser radicalmente repensada” (Cit. por DINIZ, 2006, p.9).

Comparando casos de sucesso e de fracasso na condução de políticas de estabilização e reformas orientadas para o mercado, durante as duas últimas décadas, conclui que a busca de soluções próprias e a preservação de margens razoáveis de autonomia estão na raiz dos casos bem sucedidos como os da China e da Polônia, em com outros casos desastrosos como a experiências da Rússia e República Checa e.g. Para Stiglitz (*idem*, p.3) a Polônia e a China empregaram estratégias alternativas àquelas defendidas pelo Consenso de Washington. A Polônia é o mais bem sucedido país da Europa Oriental, enquanto que a China experimentou a maior taxa de crescimento de qualquer grande economia do mundo nos últimos 20 anos.

No mesmo livro Stiglitz insiste neste argumento, salientando que o resultado da aplicação da receita neoliberal pela América Latina, nos anos 90, foi altamente desfavorável, conduzindo à estagnação, ao aumento do desemprego, da informalidade e da pobreza.

CAPÍTULO II - COMÉRCIO EXTERNO NO MERCOSUL

2.1. Caracterização histórica do MERCOSUL

No presente capítulo trataremos da evolução do comércio externo nos três países em estudo do MERCOSUL. Inicialmente procurar-se-á contextualizar a panorâmica dos processos de integração analisando a caracterização dos diferentes blocos económicos regionais, não deixando de destacar as bases que culminaram com a criação do MERCOSUL. Posteriormente analisaremos o contexto e a evolução do comércio externo.

Na perspectiva da Nova Ordem Internacional fruto do desaparecimento da disputa Ocidente versus Oriente e da bipolaridade, o globo não mais se divide em dois grandes polos de influência político-ideológica, outrora denominados *Pax Capitalista* e *Pax Socialista* caracterizados pela imparcialidade e embates desarmônicos. A organização atual consiste na reunião de forças entre Estados-Nações que possibilitam e facilitam a inserção, participação e ampliação no cenário comercial internacional sob a perspectiva do processo de globalização. Assim, da segunda metade do século XX em diante, especialmente durante a década de 1990 e início do século XXI, grandes blocos geoeconómicos surgem e/ou se fortalecessem e expandem com vista à integração económica, política, cultural e social pautados, sobretudo, no viés financeiro.

Segundo Cavalcanti (Cit. por DOMINGUES, 2004, p.6) a primeira ideia sobre processos de integração surgiu em 1840 com o economista Friedrich List que no seu tratado de economia política afirmou que o desenvolvimento económico de uma nação depende da posse de um território adequado e que a melhor forma de corrigir eventuais inadequações territoriais é a associação de estados baseados em acordos bilaterais voluntários, em especial as uniões aduaneiras.

Estes megablocos geoeconómicos demonstram a tangibilidade de três variantes do capitalismo, a saber: *Pax Americana*, *Pax Europeia* e *Pax Pacífico*. Além de configurarem estas expressões seguem a tendência regional ou multilateral. A primeira

objetiva a formação de um bloco económico com pares próximos, limítrofes ou não com a intenção de criar uma identidade económica e política na circunscrição em que estão inseridos, a segunda por seu turno, almeja atingir laços mais amplos e externos, extra regionais e até extracontinentais, entre países isoladamente ou entre blocos económicos como um todo. Apesar da diferenciação, ambas possuem um ponto em que convergem: advêm de posturas governamentais concomitantes entre os Estados com objetivos próprios. No entender de Bijos *at al.* (2012, p.311):

“os blocos permitem à atenuação dos nacionalismos económicos, com o aumento da consciência e mesmo da necessidade de existir uma maior interdependência. Por isso os países se unem em blocos, visando à unificação de regras comerciais e dos sistemas de negociações, para que tenham maior peso político-económico nos mercados internacionais, cedendo parte de sua soberania para atingir tal fim”.

O trecho acima possui a percepção da formação de blocos económicos pelo viés estritamente financeiro, sem desprezar a conjuntura política, social e cultural que entremeia a constituição destas instituições. Cabe mencionar que fatores como o idioma, identidade histórica, proximidade cultural, semelhanças/disparidades sociais e acordos comerciais particulares facilitam e/ou dificultam o estabelecimento e desenvolvimento destes blocos atuais, como o MERCOSUL.

Um bloco económico possui atributos, tais como a ávida demanda por soluções consensuais, ajustes entre os membros que lhes propiciem relacionar-se cada qual individualmente ou como bloco frente à multilateralidade com vistas em vantagens financeiras, assim como a obtenção de benefícios mercantis que repercutam e promovam cumulativamente a consolidação e enriquecimento de todos os sectores da economia. Estes procedimentos gradativamente possibilitam que os Estados evoluam sequencialmente nos estágios de maturidade dos tipos de blocos económicos, que analisaremos a seguir.

Percebemos que os países se reúnem em blocos supranacionais em resposta à lógica capitalista recente, isto é, a globalização exige vínculo, participação e gana na

acumulação de capitais que retornarão como investimentos – ou propriamente lucro – dos governos e grandes conglomerados inter, multi e transnacionais. Entretanto, as fronteiras nacionais representam obstáculos físicos, imateriais e económicos à circulação de mercadorias, serviços, capitais e pessoas, como almejam os blocos. Neste sentido tornam-se imperativos a redução e/ou eliminação de tarifas e barreiras alfandegárias entre países isoladamente ou em conjunto.

Cada bloco económico transmite aspectos de um estágio de integração e isto determina o seu funcionamento e crescimento. Blocos económicos caracterizam-se pela ampliação de relações institucionais e económicas entre países membros, vizinhos ou não. Almejam a redução de barreiras alfandegárias, fortalecimento regional, diversificação da produtividade acompanhada pela evolução e compartilhamento tecnológico, implementação de políticas públicas comuns, respeitados os níveis de integração de cada bloco económico.

Os processos de integração regional em blocos económicos apresentam vários modelos diferentes espalhados pelo mundo, que podem ser ou não fases sucessivas de integração, nomeadamente: *Zona de preferência tarifária*, *Zona de Livre Comércio*, *União Aduaneira*, *Mercado Comum e União Económica e Monetária* (BARBIERO; CHALOUT, 2001, p.27).

Em seguida trataremos brevemente cada fase de integração e as características principais desses modelos organicistas. A *Zona de preferência tarifária* é dos primeiros modelos de integração económica que se conhece e consiste apenas em garantir níveis tarifários preferenciais para o conjunto de países que pertencem a esse tipo de mercado. A antiga Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) foi um exemplo de Zona de Preferência Tarifária, pois procurou estabelecer preferências tarifárias entre os seus onze membros, que eram todos Estados da América do Sul, com a exceção da Guiana e do Suriname, e mais tarde o México.

A *Zona de Livre Comércio* é o pontapé inicial no qual vislumbramos a formação de um bloco económico. É um projeto menos ambicioso que os demais modelos, uma vez que

entre os países membros somente é permitida a gradativa circulação de mercadorias e bens dentro dos limites do bloco, ou seja, a isenção das tarifas de importação de produtos entre os países membros. O NAFTA – *North American Free Trade Agreement* – é um grande exemplo de Zona de Livre Comércio entre os Estados Unidos da América, Canadá, México e Chile (membro associado) em vigor desde o ano de 1994. Apesar da discricção, trata-se de espécie de bloco funcional a países que pretendem criar a atmosfera de livre comércio entre si, fundamental à gênese da integração.

A fase seguinte é a *União Aduaneira*, no qual se encontra o foco do nosso trabalho, o MERCOSUL, que, apesar de possuir a denominação de Mercado Comum, ainda repousa em andar inferior por seus atributos observáveis. Uma União Aduaneira para além da aparência de Zona de Livre Comércio, permite também o comércio com países exteriores ao bloco, através da criação de regras comuns de comércio entre estes e os países membros. Neste caso, é adotado uma Tarifa Externa Comum (TEC), a qual permite estabelecer uma mesma tarifa aplicada a mercadorias provenientes de países que não integram o bloco.

Evidente, pela análise do artigo 1º do Tratado de Assunção de 1991, que ratificou o MERCOSUL, sua vocação e pretensão em atingir o estágio de Mercado Comum, mas com padrão definido de União Aduaneira:

CAPÍTULO I – PROPÓSITOS, PRINCÍPIOS E INSTRUMENTOS

Art. 1º: “Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará MERCOSUL.

Este Mercado comum implica:

- *A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;*
- *O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum e relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a*

coordenação de posições em foros económico-comerciais regionais e internacionais;

- *A coordenação de políticas macroeconómicas e setoriais entre os Estados Partes – de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de outras que se acordem -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes, e;*
- *O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.*

No caso de um *Mercado Comum*, próximo estágio integracionista entre países membros de um bloco económico, almejam-se quatro liberdades: circulação de mercadorias, serviços, capitais e pessoas com o mínimo de restrição possível entre os Estados membros. Observa-se que as fronteiras políticas não foram absorvidas ou extintas, mas há grande esforço de uniformização de princípios e normas, ou seja, da legislação económica, fiscal, trabalhista, ambiental, etc. Durante a década de 1990 somente o Mercado Comum Europeu alcançou este nível de integração, inclusive com novas políticas e implementações que o projetaram ao próximo nível, considerado o mais avançado dentro dos blocos económicos.

O processo de integração mais avançado é sem dúvida a *União Económica e Monetária*, que é o maior grau de integração entre países, pois, além de reunir todas as condições de um Mercado Comum, tem foco principal à coordenação e conjugação das políticas económicas e orçamentais dos países membros, à criação de uma instituição bancária e a adopção e circulação de uma moeda única comum entre as partes. É o modelo adoptado por alguns países europeus, tendo o EURO, como moeda única, regulada pelo Banco Central Europeu (BCE), com sede em Frankfurt, na Alemanha.

Projetos audaciosos de integração idealizam uma próxima etapa de integração, ainda nunca atingida por nenhum bloco regional: a *União Política*. Em observância ao princípio da soberania e autonomia política de cada Estado-nação e respeitadas as origens histórico-culturais e tradicionais de cada país, entendemos que a União Política carece de amadurecimento e harmonia governamental e gerencial entre os membros de um bloco económico para que seja efetivamente implementada, isto é, instituições

supranacionais contribuirão para o emparelhamento e associação entre as partes (Tratados, Fundos, Conselhos), mas não se constituirão em único elo político controlador de diversos Estados num futuro próximo.

Como mencionado, o MERCOSUL enquadra-se no segundo patamar de integração, ou seja, a *União Aduaneira*. Este bloco surge na década de 90, período em que os processos integração regional e à globalização, são impulsionados pelo novo cenário político internacional, que culminava a chamada guerra fria. No entanto, até chegar a esta fase os Países da América Latina tiveram que percorrer um vasto caminho que inicia após fim da segunda guerra mundial.

As ideias lançadas nos anos 40-50 no entender de Marcoux (Cit. por BARBIERO; CHALOUT, 2001, p.35), permitiram em 1948 no âmbito das ONU a criação da CEPAL, que vai abrigar o projeto de desenvolvimento da América Latina, o qual não havia encontrado espaço dentro da ordem que se estabelecia no Pós-guerra. Esta visava promover a integração por um lado, e assegurar a sobrevivência do processo de industrialização, contornando o obstáculo que representava o tamanho reduzido do mercado local, e do outro lado deveria diminuir a vulnerabilidade das economias locais em face dos mercados externos, a qual, paradoxalmente, tinha se agravado com a estratégia de industrialização, principalmente devido a um aumento no déficit externo.

Para o autor o regionalismo económico fazia parte da estratégia de desenvolvimento por substituição de importações. Era quase uma condição *sine qua non* ao processo de industrialização. Os trabalhos iniciais da CEPAL destacavam a necessidade dos países da região se agruparem e desenvolverem entre eles as ligações de complementaridade económica necessárias à implantação de uma estratégia de industrialização por substituição de importações

Na ótica de Prebisch (*idem*, p.35) a integração deveria, enfim, estabelecer, no longo prazo, uma relação mais favorável aos países da América Latina dentro da economia mundial, permitindo-lhes modificar em seu favor, uma vez reestruturadas suas economias, os termos das trocas internacionais. O regionalismo económico tinha, com

isso, duas direções: a do desenvolvimento através da integração "voltada para o interior", e a da transformação da relação centro-periferia.

Com estas bases e pressupostos, os governos da América Latina assinaram em Montevideu, em 1960, o acordo criando a ALALC. De acordo com Marcoux (*idem*, p.35-36), o objetivo era promover a livre circulação de "bens e serviços, homens e capitais [...] sem nenhum obstáculo, dentro de um vasto mercado comum Latino-Americano. Além disso, pretendia-se estabelecer uma zona de livre comércio em um prazo de 12 anos. Durante este período verificou-se um crescimento das trocas comerciais entre os países, essencialmente intrabloco.

Passados alguns anos após criação, esta instituição fracassou tendo como base de fracasso a disparidade crescente das políticas económicas dos Estados-membros e a rigidez com que o acordo fora estabelecido. Em paralelo, inicia-se nos anos 60 um processo de autocrítica no interior da própria CEPAL que continua nos anos 70 e 80 quando, com a eclosão da crise das dívidas externas na América Latina, a paralisação das principais instituições que suportavam o desenvolvimento e a forte queda do ritmo de crescimento, fica evidente que o modelo de desenvolvimento *para dentro*, ou de substituição de importações, chegara ao seu esgotamento (*idem*, p.36).

Em 1980 é assinado um novo tratado em Montevideu, criando a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Conservando o objetivo de longo prazo de criar um mercado comum Latino-Americano, a ALADI não estabeleceu prazos nem procedimentos fixos. Com maior flexibilidade, se comparada com ALALC, e tomando a forma de um acordo de princípios, servindo como um "*guarda-chuva*" para outros acordos bilaterais e sub-regionais, desde que estes estejam abertos à participação dos demais membros. Sua inserção se fará dentro do que a CEPAL passa a chamar de *regionalismo aberto*.

Enquanto isso, baseando-se nas medidas de ajustamento estrutural, os países da América Latina vão ano após ano, aprendendo com as experiências de cada caso, um após o outro – logicamente que guardando certa singularidade em cada um. Nesta fase

as políticas de ajustamento estrutural seriam uma prerrogativa do FMI e do BM para a outorga dos apoios financeiros necessários aos países Latino-Americanos para fazer frente ao aprofundamento da crise de suas dívidas externas. Os efeitos da crise dívida, assim como os múltiplos problemas com que se defrontaram os países da América Latina nos anos 80, não fizeram mais do que precipitar os acontecimentos, desta feita os países deveriam se preparar e ajustar-se ao novo contexto mundial.

Desta forma, inicia-se no interior desses países um processo que busca, entre outros objetivos, limitar o papel do Estado, desencadear um programa de privatização, diminuir os gastos públicos, eliminar a inflação, estabilizar a moeda, aumentar as exportações e abrir suas economias ao mercado mundial. Dentre os principais países da América Latina, o Chile foi um dos primeiros a aplicar essa política, sendo o Brasil um dos últimos. Com estas medidas e com o novo cenário dos anos 90, a América Latina vai paulatinamente inserindo-se na ordem económica internacional, revigorada com o fim da Guerra Fria.

Estando clarificadas muitas questões, por parte de um grande número de países Latino-americanos, em optar por um modelo de desenvolvimento baseado em premissas neoliberais que permite explicar em boa medida a crise do modelo de integração *para dentro*, e a necessidade de transição para um modelo de desenvolvimento *aberto*, foi necessário que as propostas de integração regional não poderiam ser de outra maneira que não *para fora*. Existe uma coerência entre o modelo de desenvolvimento adotado pelo conjunto dos países e suas propostas de regionalismo económico.

Sob este contexto internacional em 1991 surge finalmente o MERCOSUL, através do tratado de Assunção no Paraguai, cujos países fundadores foram à Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. A ALADI é o âmbito normativo que possibilita a assinatura do Tratado e o qual lhe dá origem. Em suas proposições, o MERCOSUL procura agregar os temas do desenvolvimento e da democracia, aliados à preocupação com a modernização competitiva. Constitui-se numa visão distinta daquela derivada do modelo de substituição de importações, de que a ALALC, na sua origem.

Três anos após criação, no âmbito do Protocolo de Ouro Preto, assinado em dezembro de 1994, foi definida uma estrutura institucional que deveria consolidar a União Aduaneira prevista no referido Tratado. O documento foi apresentado aos governos dos países fundadores, e defendia, como tese central, a "democratização do MERCOSUL", não prevendo uma instância supranacional dentro das estruturas administrativas de cada Estado-parte (CAMARGO, 2010, p.500).

Neste documento foram mantidos os órgãos e as funções políticas já estabelecidas anteriormente, ao lado de outros organismos que deveriam dar suporte às questões políticas e às negociações econômicas mais complexas e diversificadas que iriam surgir com a constituição da União Aduaneira e do Mercado Comum. De acordo com Castro (*idem*, p.501), paralelamente, foi criado, por propostas das centrais sindicais e como instância obrigatória, o Fórum Económico Social, de carácter consultivo, dotado de autonomia e amplo poder de iniciativa, destinado a facilitar o acesso rápido a informações sobre as decisões tomadas pelos órgãos do MERCOSUL.

Inicialmente o grupo estabeleceu uma zona de livre comércio, em que os países signatários não tributariam ou restringiriam as importações um do outro, no entanto, a partir de Janeiro de 1995 é criada a zona de comércio livre.

Em 2006 é integrada a Venezuela e em 2012 a Bolívia. Atualmente o bloco é integrado por seis países, nomeadamente a Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, a Venezuela e a Bolívia. Para além dos países membros, o bloco possui Estados Associados como o Chile, o Peru, a Colômbia e o Equador e dois Estados Observadores: o México e a Nova Zelândia.

Os países que conformam o MERCOSUL possuem cerca de 12.789.558 km² do território da América do Sul (tabela 1). O Brasil com cerca de 8 502 728 km² e uma população estimada em 190.732.694 é maior país do bloco (IBGE, 2010).

Tabela 1 - Extensão territorial dos Países do MERCOSUL

País	Extensão Territorial (km ²)
Argentina	2.791.810
Brasil	8.502.728
Paraguai	406.750
Uruguai	176.220
Venezuela	912.050
Total	12.789.558

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE países (<http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>).

Juntos concentram uma população estimada em 275 milhões de habitantes, que corresponde a 69,78% da população da América do Sul. Possuem um PIB nominal de US\$ 3,32 trilhões, sendo a quinta economia mundial se fosse considerado como um único país segundo o FMI (Cit. por MRE, 2012).

Tabela 2 - População dos países do MERCOSUL

País	População (em milhões)
Argentina	40,57
Brasil	194,93
Paraguai	6,53
Uruguai	3,37
Venezuela	29,77
Total	275,17

Fonte: Elaboração própria. Dados brutos MERCOSUL.

Como referimos anteriormente o MERCOSUL é um projeto de construção de um Mercado Comum, cuja execução encontra-se na fase de União Aduaneira parcial. Entretanto, até a atualidade persistem dúvidas quanto a sua aplicação. Uma União Aduaneira possui, além da aparência de Zona de Livre Comércio que estimula a circulação de mercadorias pela redução das tarifas alfandegárias, a aplicação da TEC. Em termos práticos, um país que não pertencente ao MERCOSUL que queira comercializar com algum dos membros do bloco terá, em regra, que pagar a mesma TEC para comercializar com outro membro do mesmo bloco. Assim, quando o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, membros do MERCOSUL, fazem comércio com

vários países do mundo, têm de cobrar uma tarifa de importação padronizada, igual em todos eles.

Acredita-se que o projeto de criação do MERCOSUL conseguiu atingir seus propósitos (ALMEIDA, 2012, p.45). Apesar das dificuldades previsíveis e inevitáveis, em vista dos prazos relativamente estreitos para o cumprimento dos seus objetivos, avançou razoavelmente bem nos seus primeiros dez anos, tanto em liberalização do comércio e de conformação de uma agenda comum de construção progressiva de um espaço económico integrado no cone sul, como no plano mais geral de entendimentos entre os dirigentes dos estados membros.

No entender de Camargo (2010, p.510-511) nem tudo será atingido, tendo em conta o que se tem estado a verificar. Aspectos como a livre circulação dos fatores produtivos, especificamente dos trabalhadores, ainda persistem muitas dificuldades, sobretudo se nos recordamos que o MERCOSUL, depois de quase vinte anos de vigência, ainda permanece na fase de uma União Aduaneira imperfeita que, apoiando-se basicamente em sua dimensão económico-comercial, está longe de haver alcançado, na prática, a forma clássica de um Mercado Comum, como fora previsto no Tratado de Assunção em 1991.

A autora, afirma ainda que o contexto atual é de grande incerteza. De um lado, temos economias complexas e crescentes como a do Brasil e da Argentina, e do outro, economias com menor nível de desenvolvimento, como do Uruguai e do Paraguai, situação que vai exigir um maior equilíbrio no processo de reestruturação produtiva que possa assegurar a todos os cidadãos do bloco benefícios sociais equivalentes.

Existem questões mais profundas que apontam ou sugerem erros estratégicos, quando localiza no centro de sua agenda social (real) o objetivo (inalcançável) da unificação de políticas como condição da criação da nova cidadania social. No seu entender melhorar a coesão o bem-estar social na região – base da almejada cidadania social – não se faz de forma automática, ou seja, pela integração burocrática de sistemas de políticas sociais, mesmo que isto fosse viável. Importa e muito a qualidade, o modelo de políticas

sociais. Assim sendo para se atingir os objetivos mencionados acima, é importante que os modelos de desenvolvimento económico e social dos países membros, incluam e privilegiem o progresso social (DRAIBE, 2007, pag.183).

Com este cenário procuraremos adiante examinar pormenorizadamente a evolução do Comércio Externo no MERCOSUL, e no próximo capítulo analisar a evolução da pobreza após criação do MERCOSUL em 1991, por fim, verificar a possível relação do primeiro fator na redução da Pobreza.

2.2. Evolução do Comércio Externo no MERCOSUL

Em sentido oposto à orientação de travamento dos mercados locais observado em momentos de estagnação ou retrocesso económico mundial do modo de produção capitalista (crises económicas cíclicas), vislumbramos tanto na escala regional, como global – salvo adversidades pontuais – enérgica expansão e deflagração de trocas de capitais, investimentos, bens e serviços entre pessoas, governos, empresas e países no mundo, ou seja, o comércio externo materializado, participe, envolto e influenciado pela globalização.

A realização da Conferência de Bretton Woods em 1944 foi um marco importante como referido anteriormente, pois permitiu não só definir o quadro internacional, mas também determinar a posição da América Latina neste novo contexto. Vale lembrar que a Conferência de Bretton Woods ficou mundialmente conhecida pela rivalidade entre o Plano Keynes e o Plano White. Um representava os interesses da Inglaterra, que perdia sua hegemonia e o outro, os interesses dos EUA, potência emergente no cenário do Pós-guerra. Entretanto, referir que não havia apenas dois, mas três projetos em disputa no encontro de Bretton Woods. O terceiro, o Plano Suárez, representava os interesses dos países do Terceiro Mundo, em especial dos latino-americanos (BARBIERO; CHALOUT, 2001, p.35).

Sem dúvidas que os anos 80 devem ser considerados como a década perdida para a economia latino-americana. Esgotou-se o processo de substituição das importações que

esteve na raiz do desenvolvimento da economia Latino-Americana sem se poder vislumbrar com clareza a nova inserção internacional da região. Os indicadores sociais entraram em queda, contrastando com o contínuo crescimento demográfico, com altas taxas de inflação, conseqüentes crises de Estados, crescimento desmedido da dívida interna e externa, são algumas das evidências da crise da economia dos países latino-americanos.

Perante este cenário não restavam alternativas do que resgatar as ideias elaboradas pela CEPAL na década de 50, inspiradas por Raul Prebisch, que advogavam já naquela época a necessidade de aproximação entre as economias latino-americanas buscando maior eficiência e melhor utilização de seus recursos materiais, financeiros e humanos. Com o surgimento nos anos 90 do MERCOSUL, os países integrantes procuravam reunir forças para melhor se inserir no sistema econômico internacional, caracterizado pela progressiva formação de blocos econômicos, cujo objetivo fundamental era a busca do crescimento econômico (SEITENFUS, 1992, p. 119).

De acordo com Maldonado (Cit. por DOMINGUES, 2004, p.4) nesta altura, problemas como o pagamento da dívida, financiamento externo, diminuição dos fluxos das exportações devido à baixa nos preços internacionais dos produtos primários, crises nos países vizinhos em relação ao câmbio, setor monetário e fiscal, o desemprego, a pobreza e as desigualdades sociais são fatores que têm afetado a agenda dos países do MERCOSUL desde a sua criação. Contudo, a integração avançou notavelmente, pois em 1995 eliminaram-se as tarifas intra-regionais e o comércio iniciou uma nova fase.

Com as economias bastante vulneráveis, nos anos seguintes o comércio externo conheceu desempenhos positivos, passando de US\$ 73,8 bilhões, em 1990, para US\$ 148,2 bilhões, em 2002, o que corresponde a um crescimento de quase 100%. O crescimento do comércio intra-regional foi de 148,8%, enquanto o comércio extra-regional teve um incremento de 94,8% durante o mesmo período (KUME; PIANI, 2005, p.374-375).

Em 2002, o MERCOSUL constituía já um mercado regional e mundial importante, com um PIB de US\$ 673,8 bilhões, e uma população de 219,8 milhões de habitantes e uma renda per capita de aproximadamente US\$ 3.065. A participação dos fluxos de comércio (exportações e importações) no PIB atingiu 26,8% e, na composição do PIB, a agricultura alcançou 7,3%, a indústria 23,5% e os serviços 69,2%.

O Brasil e a Argentina constituem as duas economias mais importantes do bloco. Os dois países possuíam em 2002, um PIB de US\$ 498,7 bilhões e US\$ 153,9 bilhões respectivamente, superiores ao dos países como o Uruguai US\$ 14,7 bilhões ou do Paraguai com US\$ 6,5 bilhões (KUME; PIANI, 2005, p.372).

Os dados acima demonstram alguma sustentabilidade da economia dos países integrantes do MERCOSUL após criação do bloco. Com vista responder as questões inicialmente colocadas, em seguida faremos uma análise da evolução do comércio exterior no MERCOSUL no período de 2007 a 2011, abordando duas vertentes essenciais: o comércio extrabloco e o intrabloco.

A tabela 3 abaixo consolida o posicionamento do MERCOSUL relativamente ao comércio com resto do mundo. Nos últimos anos o MERCOSUL assinou vários acordos comerciais, e.g. possui tratados de comércio com listas de produtos preferenciais com o México, Índia e Chile, países da América Latina e os países que integram o SACU (South África Custom Union). Outras negociações visam o estabelecimento de zonas preferenciais de comércio também com o Israel e com os Estados Membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) nomeadamente o Bahrain, Kuwait, Qatar, Oman, a Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

Entre os vários acordos destaca-se o tratado com a União Europeia. O relacionamento entre os dois blocos evidencia momentos bastante positivos a nível das trocas comerciais. O comércio tem crescido a um ritmo de 8-10% por ano. As exportações da União Europeia para o MERCOSUL cresceram a um ritmo de 9% ano durante os anos 2000, enquanto as compras da União Europeia do MERCOSUL a um ritmo de 7% por ano, sendo o Brasil o maior responsável por esses resultados, pois participa em mais de

70% da pauta comercial do MERCOSUL com a União Europeia (CEPAL, 2008, p.37-38).

Importa realçar que quando for analisada a evolução e interferência do comércio externo na redução da pobreza, verificaremos que, justamente a partir do ano de 2007, profundas alterações quantitativas e qualitativas ocorreram nas populações dos países envolvidos, fato que justifica a escolha do período analisado acerca das relações comerciais deste bloco económico.

Tabela 3 - Evolução do Comércio Externo com o Mundo

MERCOSUL: EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR COM O MUNDO						
2007-2011 (US\$ bilhões)						
Descrição	2007	2008	2009	2010	2011	%
Exportações	293	374	276	350	448	52,8
Importações	221	296	220	291	376	70,2
Intercambio comercial	514	670	495	641	824	60,3
Saldo comercial	72	78	56	59	72	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MRE-Departamento de promoção Comercial e Investimentos e do FMI, junho 2012.

Como se pode verificar na tabela anterior tanto as exportações, como as importações tiveram um crescimento considerável, bem como visualizamos um superávit na balança comercial em todos os anos destacados.

As tabelas 4 e 5 a seguir, demonstram alguns acontecimentos relativos ao comércio exterior (exportações e importações) com resto do mundo. Em todos os países as exportações, apesar do breve declínio no ano de 2009 (devido à crise económica mundial iniciada em 2008), aumentaram substancialmente nos anos seguintes.

Tabela 4 – Evolução das Exportações para o Mundo, por País

MERCOSUL: EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES PARA O MUNDO					
2007-2011 (US\$ bilhões)					
EXPORTAÇÕES	2007	2008	2009	2010	2011
Brasil	160.649	197.942	152.995	201.915	256.040
Venezuela	68.826	95.137	57.595	67.782	99.363
Argentina	55.981	70.021	55.651	68.115	77.064
Uruguai	5.060	6.749	6.110	7.926	9.041
Paraguai	2.817	4.463	3.167	4.534	6.300
TOTAL	293.333	374.312	275.518	350.272	447.808

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MRE-Departamento de promoção Comercial e Investimentos e do FMI, junho 2012.

Tabela 5 - Evolução das Importações Originárias do Mundo, por País.

MERCOSUL: EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES ORIGINÁRIAS DO MUNDO, POR PAÍS					
2007-2011 (US\$ bilhões)					
IMPORTAÇÕES	2007	2008	2009	2010	2011
Brasil	120.617	172.985	127.722	181.761	226.240
Argentina	44.707	57.423	38.786	56.501	75.339
Venezuela	41.911	45.128	37.155	30.744	47.577
Uruguai	7.577	10.996	8.959	12.048	14.768
Paraguai	6.092	9.357	7.147	10.340	11.921
TOTAL	220.904	295.889	219.769	291.394	375.845

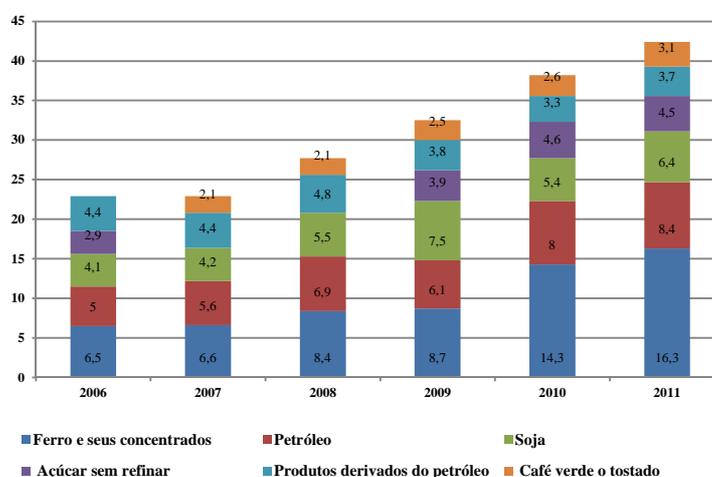
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MRE-Departamento de promoção Comercial e Investimentos e do FMI, junho 2012.

As tabelas acima permitem demonstrar que, tanto o Brasil, a Argentina e a Venezuela apresentaram superávit³ na balança comercial em todo o período de 2007 a 2011, ao passo que quer o Uruguai como o Paraguai registraram déficit na balança comercial no mesmo período. Esses últimos países possuem menor diversidade econômica e produtiva, fato que aumenta a dependência por bens e serviços oriundos de outros países, inclusive os vizinhos limítrofes parceiros no MERCOSUL, ou seja, explicam os valores superiores das importações em comparação às exportações. No geral, o somatório sempre foi superavitário para o MERCOSUL.

³ Aumento das exportações relativamente as importações, configurando num saldo positivo da balança comercial.

O Brasil destaca-se quer a nível das exportações como a nível das importações oriundas do mundo, o que lhe permite ter superávit na balança comercial. A desaceleração do crescimento da economia mundial afetou significativamente as exportações brasileiras a partir de 2008 devido essencialmente à redução da demanda dos principais mercados. No ano 2010 e estando a verificar-se a recuperação dos mercados internacionais inicia-se um novo ciclo aumentando o volume das exportações se comparado com os dois anos anteriores.

É interessante observar no gráfico 2 (com mais detalhe no Anexo A) que o Brasil possui uma diversificação acentuada das suas exportações, destacando-se o desempenho da indústria mineira, petróleo e seus derivados, agricultura, indústria de automóveis e de manufaturas com crescimentos consideráveis após 2008. Na generalidade estes setores apresentaram-se sólidos e com certo dinamismo exportador capazes de sustentar os saldos da balança comercial, já que, exploraram positivamente as vantagens comparativas a nível da região e do mundo.



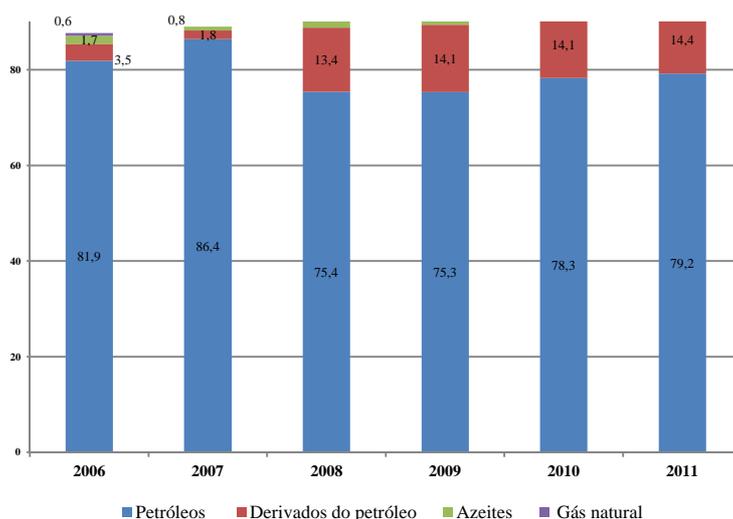
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CEPAL.

Gráfico 2 - Brasil: Exportação dos Principais Produtos (%)

No caso da Venezuela, que configura como segundo país que mais exportou no período, inclusive superando a Argentina, explica-se pelo fato de petróleo representar até 2006 cerca de 81,9% das exportações como poderemos verificar no gráfico 3 adiante ou com mais detalhe no Anexo C. O aumento da participação das exportações do petróleo no total das exportações, deveu-se em parte à valorização do preço do barril no mercado

internacional, bem como pela incapacidade do país em diversificar as suas exportações não tradicionais. Setores como agricultura, (produção de azeites) indústria mineira, gás natural e tiveram alguma relevância nas exportações partir de 2008, por sinal, período da crise económica, entretanto, bastante reduzida.

A maior parte das exportações venezuelanas destina-se aos EUA com 7,5%, seguido da Colômbia com 2,6% e do México 1,1%. Em relação às importações, as principais origens, em 2004 e adiante, foram os EUA com 30,8% do total das importações, a Colômbia com 10,6%, o Brasil com 8,4% e finalmente o México com 4,7%. Os principais produtos importados foram: veículos e autopeças representando 9,7% do total das importações, máquinas e equipamentos com 5%, telecomunicações com 4,2% e aparelhos elétricos com 3,5%.



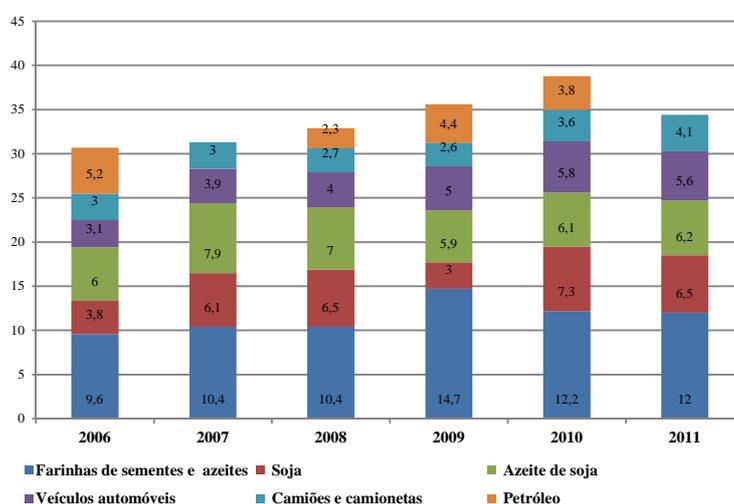
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CEPAL

Gráfico 3 – Venezuela: Exportação dos Principais Produtos (%)

Por ultimo, as exportações Argentinas tiveram como destaque em quase todo período analisado (gráfico 4), as farinhas oleaginosas e a soja que foram impulsados por boas colheitas e pelo aumento dos preços no mercado internacional, assim como pela demanda deste produto pela China e Índia. Além destes fatores é importante destacar os avanços e aumento verificados no parque industrial instalados em todo país em comparação com os outros competidores diretos como o Brasil e os Estados Unidos.

Entretanto, as exportações do Petróleo e seus derivados conheceram um momento bom até meados de 2007. Com a crise económica de 2008, que afetou os preços no mercado internacional as exportações reduziram, tendo retomado somente em 2010 com cerca de 3,8%.

No geral as exportações Argentinas evoluíram positivamente devido ao período de recuperação e reestruturação verificado no setor de automóveis no mercado Brasileiro e a redefinição da estratégia de abastecimento direcionada para os países da América, assim como o aumento dos preços das *commodities* industriais (ferro; alumínio; matérias plásticas; químicos). Esta situação permite concluir que as exportações industriais da Argentina foram as responsáveis pelo desempenho positivo que teve a Argentina.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CEPAL

Gráfico 4 - Argentina: Exportação dos Principais Produtos (%)

A evolução positiva do comércio extra-regional pode ser atribuída a uma maior participação dos países do bloco no comércio internacional, na redução das barreiras externas ao comércio dos países-membros, assim como na melhoria do acesso de outros países ao mercado do bloco etc.

Após analisar o comportamento do comércio externo - extrabloco convém compararmos o fluxo de bens e serviços entre os próprios membros e suas respectivas participações

intrabloco (tabela 6). É notório pelos dados apresentados que o Brasil e a Argentina apresentam maior dinamismo comparado com os outros membros do bloco.

O Brasil destaca-se se pela diversidade de produtos exportados, essencialmente bens de consumo, produtos manufaturados e agrícolas. Esta situação é devida essencialmente por estar a viver uma certa estabilidade política e económica, o que de certa forma contribuiu para uma maior arrecadação de receitas oriundas quer das exportações para o mundo como das exportações entre seus pares no bloco.

De acordo com Azevedo e Portugal (Cit. por MAIA, 2003, pag.3-4) a política comercial externa do Brasil teve duas fases importantes. A primeira, iniciada em 1988 com aplicação de medidas rumo à liberalização comercial, destacando-se a redução das alíquotas, redução das taxas de melhoramento dos portos e a eliminação de alguns regimes de inserção, e a segunda, iniciada em 1990, cujo resultado foi alterar a economia nacional, incidindo sobre a eliminação de restrições não tarifárias manutenção de redução gradual das alíquotas de importação e abolição dos regimes especiais de importação. Nesta fase as medidas tiveram como consequência o crescimento em volume e em valor das importações.

A Argentina por seu turno observa um decréscimo das exportações intra desde o ano de 2003. Paulatinamente esta situação foi-se modificando, voltando a ter níveis estáveis a partir de 2007 em diante, porém, quando comparado com outras fases do comércio extra-regional é o mais baixo verificado desde 1995, apesar de representar o maior valor absoluto da história da Argentina.

Finalmente interessa observar o posicionamento da Venezuela dentro do bloco entre seus pares. Verifica-se que, ao contrário da posição que ocupa como exportadora extrabloco (2º maior exportador atrás somente do Brasil), aqui apresenta resultados ínfimos, devido em grande medida pela escassa capacidade de produção interna, mesmo sabendo que a bonança das exportações petrolíferas tenha a capacidade para financiar a importação de diversos produtos e em alguns casos a cesta básica como tem estado a acontecer.

Em 1926 o petróleo já era o principal produto de exportação da Venezuela, passando anos mais tarde em 1928 como segundo produtor mundial depois os Estados Unidos e principal exportador. O petróleo e seus derivados significaram nestes últimos anos, mais de 85% de todas as exportações do País, alcançando muitas vezes cerca de 95%. Esta situação não constitui exagero, quando se afirma que a Venezuela é um país com abundantes recursos, no entanto, dependente das mesmas exportações, ou seja, a economia Venezuela, constitui-se hoje em dia uma economia mais compradora e cada vez menos produtora (CARRERA; ANTON, 2007, pag.42).

Tabela 6 - Evolução das Exportações Intra-região, por País.

MERCOSUL: EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES INTRARREGIÃO, POR PAÍS					
2007-2011 (US\$ bilhões)					
EXPORTAÇÕES	2007	2008	2009	2010	2011
Brasil	22.078	26.887	19.439	26.455	32.444
Argentina	13.662	17.563	14.914	18.600	21.702
Uruguai	1.448	1.903	1.943	2.604	2.933
Venezuela	662	844	798	1.356	2.473
Paraguai	1.386	2.392	1.657	2.305	2.449
TOTAL	39.236	49.589	38.751	51.320	62.001

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MRE-Departamento de promoção Comercial e Investimentos e do FMI, junho 2012.

O MERCOSUL tem estado a consolidar as suas políticas de comércio, de modo a estimular o comércio intrabloco e ajudar os seus países membros a manterem um crescimento elevado do seu PIB (GRAF; AZEVEDO, 2013, p.135).

Os países membros do MERCOSUL consideram que este crescimento é devido a fatores como a livre circulação de pessoas e bens, a redução de tarifas e barreiras alfandegárias, assim como pela implantação de uma TEC⁴ na maioria dos produtos importados. Outro fato esta relacionado à alta proteção concedida a alguns sectores,

⁴ A União Aduaneira estimula a aplicação de uma mesma tarifa para suas importações provenientes de países não pertencentes ao bloco, isto é, a terceiros países extra-bloco, independente do produto, que é o caso do MERCOSUL com a TEC.

com vista restringir a concorrência externa, decorrente de uma TEC maior que a média⁵ e a imposição de barreiras não tarifárias para países não membros (CEPAL, 2002).

De acordo com Yeats, o maior crescimento de comércio intrabloco deve-se também a promoção de produtos que o bloco não é competitivo internacionalmente (Cit. por GRAF; AZEVEDO, 2013, p.157).

⁵ De acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho do Mercado Comum (CMC), a TEC pode variar de 0% a 20%, em intervalos de 2 pontos percentuais. O CMC delegou ao Grupo Mercado Comum (GMC) a competência para a edição de Resoluções referentes às modificações da TEC nesses limites. Entretanto o CMC admite, em casos excepcionais, verificar a adoção de uma TEC superior a 20%, como verificado com o Brasil e Argentina que aplicaram uma TEC superior, ou seja, acima da média (35%) para setor de automóveis, tecidos, confecções e calçados.

CAPÍTULO III – POBREZA NO MERCOSUL

3.1. Mecanismos de medição da Pobreza.

Pobreza e desigualdade são consequências e produções diretas e/ou indiretas do sistema capitalista e de acumulação de riquezas, segundo alguns autores, associadas a princípios morais, senão religiosas, segundo outros. No presente capítulo procuraremos inicialmente fazer uma abordagem dos diferentes mecanismos de medição da pobreza nos três países do MERCOSUL, em seguida verificar sua evolução, finalmente analisar o comércio externo como processo e fenômeno histórico influenciado pela globalização, procurando identificar sua influência no aumento ou redução da pobreza nos três países em estudo.

A discussão quantitativa da pobreza sempre esteve atrelada ao número de pobres e miseráveis existentes num dado lugar, região ou país⁶. A dificuldade reside no fato de que as estatísticas oficiais divulgadas pertencerem, em sua maioria e não totalidade, aos órgãos oficiais de dados populacionais. O Brasil, e.g., um dos países objeto do nosso estudo, um único órgão é responsável pela mensuração da pobreza via censos demográficos, o Instituto Brasileiro de Gestão e Estatística (IBGE).

Desta forma e paralelamente aos outros países em estudo, procuramos confrontar os dados oficiais anualmente publicados por parte de instituições filantrópicas, humanitárias e espirituais / doutrinárias que apelam e denunciam a existência de um grande contingente de marginalizados urbanos e rurais e a probabilidade de ampliação deste quadro social diante da irreversibilidade econômica atrelada às políticas

⁶ O Banco Mundial mede a magnitude da pobreza no âmbito internacional utilizando linhas de pobreza de “US\$ 1 por dia” e “US\$ 2 por dia”. Estas equivalem na prática a US\$ 1.25 e US\$ 2.50 por dia, em paridade do poder aquisitivo (PPA, de 2005). A linha de pobreza de US\$ 1 representa o standard internacional, desenvolvido pelo BM visando comparar os efeitos da pobreza em diferentes regiões, assim comparando médias nacionais de pobreza aplicadas pelos países com níveis baixos de receitas per-capitas no mundo. Em 1991 estimou-se que a linha internacional de pobreza equivalente a US\$ 1 PPA diários no preço de 1985. Em 2000 a linha foi recalculada nos preços de 1993 e se fixou em US\$ 1. Posteriormente e na base dos novos índices de PPA gerados pelo programa de cooperação internacional em 2005, se determinou um novo marco de US\$ 1,25 PPA diário.

assistencialistas vigentes deficitárias e incapazes. Corpos sociais possuidores de grandes parcelas da população inseridas na pobreza são vistos deontologicamente como execráveis, determinando radical mudança de paradigma finalístico tendente à sua superação. Aversão e repulsa ao contexto atual não são suficientes. A medição da pobreza via dados oficiais, paralelos ou supralegais é imprescindível no que se refere à localização, espacialização, dinâmica, reflexos e quantificação da pobreza, pois cada grupo carece de determinadas políticas públicas que seriam, neste sentido, mais eficientes.

A medição da pobreza evoluiu estatisticamente de acordo com a metodologia adotada e aplicação em cada país. Desproporcional seria, além de simplista, comparar estes dados exclusivamente aos do emprego e desemprego. Historicamente o tratamento dado aos pobres foi como condição natural, inseparável e inarredável de sua própria existência. Preocupavam-se os estadistas e doutrinadores somente quando aquele grupo, inconformado com o status social ao qual eram subjugados transpareciam, apareciam e demonstravam a crescente insatisfação de variadas formas possíveis proclamando efetiva instabilidade à disposição vigente.

Marco de referência na discussão, a Revolução Industrial inglesa do século XIX elevou à tona causas e consequências da pobreza. Seria esta corretamente associada ao acelerado êxodo rural e macrocefalia urbana somados à carência de estrutura e indigência ou definitivamente um fruto do desenvolvimento capitalista industrial e financeiro?. Há referências bibliográficas que buscaram a explicação da pobreza nos próprios pobres, suas inabilidades, inaptidões e vontade de permanecerem preguiçosos e ociosos. Inclusive Marx criou o termo *lumpemproletariado* para definir a escumalha da industrialização, longe de merecerem qualquer benefício que os proletariados teriam direito em busca da equiparação das classes sociais. Os países capitalistas criaram a sensação de que todos aqueles que quisessem encontrariam emprego; entretanto, aproveitando os ensinamentos contínuos de Marx, a existência de um “exército de reserva” é permanente à trama capitalista.

Na apreciação retrospectiva sobre acontecimentos históricos pertinentes à análise do presente trabalho, convém citar a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 que impulsionou a grande crise mundial. Teorias economicistas e administradoras acatadas, este fenómeno empurrou milhares de trabalhadores outrora empregados à pobreza em seu país de origem e adjacentes capitalistas, consequência que corrobora o fato de que ciclos económicos alternados são capazes de inserirem pessoas na pobreza. A evolução do desemprego, sob este óbice, foi posta como parâmetro na análise da pobreza por diversos autores. Assim ensina-nos Schwartzman (2007, p.92):

“a diferença principal entre os estudos de pobreza do século XIX e as estatísticas de desemprego do século XX é que a pobreza era vista como característica das pessoas, mesmo que elas pudessem eventualmente mudar, enquanto o desemprego era visto como um fenómeno estrutural temporário, ainda que em muitos casos esta situação de curto prazo acabasse sendo, na prática, permanente. É assim que a metodologia de mensuração do desemprego, desenvolvida pela OIT e aplicada na maioria dos países do mundo, inclusive pelo IBGE, define o desempregado como alguém que faz parte da população economicamente ativa, mas que está, temporariamente, sem trabalho e buscando ativamente uma alternativa, excluindo, dessa forma, as pessoas que estão fora do mercado de trabalho de forma permanente”.

Neste diapasão depreende-se que a pobreza perde a relação intrínseca que possuía com as pessoas, bem como o desemprego solta-se da característica fundamental momentânea. Este também se reproduz no espaço em função de elementos conjunturais, como crises económicas curtas e/ou duradouras, políticas públicas insatisfatórias, déficits na cadeia produtiva, modernização, mecanização e dinamização dos setores económicos, entre outros. A análise atual acerca do desemprego pelos órgãos internacionais e nacionais, inclusive o brasileiro, conota a perspectiva de possibilidade de retorno à malha produtiva, independente da função, cargo ou atividade económica. O desempregado contemporâneo contribui com a produção, inclusive consumindo bens básicos, apesar de temporariamente ser excluído da população economicamente ativa do

país. Assim não são afastados permanentemente do complexo capitalista, isto é, deixaram de integrar, ao menos estatisticamente a massa aglutinadora da pobreza.

Estudos iniciais sobre a pobreza na América Latina a partir da década de 1960 seguiram três rumos diferenciados: política, religiosa e cultural.

A linha política, inspirada no marxismo, tratava a pobreza sempre com referência ao “exército industrial de reserva”, criado e movido pelo êxodo rural, relação compreensível à proporção que a migração do campo em direção às cidades e sobretudo de regiões rurais deprimidas em busca das capitais promoveram o inchaço urbano e agravamento da pobreza nos locais de destino dos migrantes. Resta duvidar da possibilidade do socialismo em atender as demandas emersas.

O caminho religioso, de maioria católica oriunda da colonização portuguesa e espanhola, considerava a pobreza ligada ao brio e dignidade, ou seja, as classes mais poderosas almejantes de acumulação e enriquecimento exploraram os desamparados e os renegaram à pobreza. Reverter este quadro significava diminuição da distância entre as classes sociais bem como o desapego material dos abonados em favorecimentos dos pobres.

Concomitante às tendências destacadas acima, o rumo cultural de perspectiva anglo-saxônica visualizava a questão da pobreza como atraso e inferioridade interiores. As próprias pessoas eram incapazes de se desenvolverem por indisposição e incapacidade de multiplicação de suas faculdades e talentos que, se apropriados, as retirariam da condição de pobres.

Diante das vertentes enumeradas, nenhuma prosperou como solução, mas fortaleceram e trouxeram à tona a discussão sobre a pobreza, pois esta brotou e transpareceu com força inclusive nos países industrializados mais desenvolvidos, locais em que se imaginava ter sido erradicada e, nos países subdesenvolvidos industrializados como Brasil e Argentina ou primários como a Venezuela, mesmo em sucessivos períodos de crescimento econômico e do PIB, a pobreza persistiu.

Nos países desenvolvidos o aumento da pobreza geralmente está atrelado ao movimento migratório interno e externo. Imediatamente os migrantes servem como mão-de-obra barata e ocupante de profissões consideradas desmerecidas. Contudo, aos poucos ocupam outras vagas de emprego, competem com os cidadãos nativos e são vistos como ameaças à estabilidade profissional e financeira, fato que produz situações adversas e rechaçadas. Nos países europeus é nítida a xenofobia, aversão aos imigrantes advinda da antipatia e desprezo por imigrantes, produzida pela população local que não aceita a heterogeneidade cultural e linguística. Esta pobreza é conceitualmente estrutural à medida que se produz pela redução gradativa do Estado de bem-estar social, avanços tecnológicos na economia que substituem e/ou extinguem postos de trabalho e marginalização de faixas etárias de pouca receptividade no mercado, como jovens, idosos e portadores de necessidades especiais.

Como referido anteriormente, o século XXI trata a questão da pobreza com outra variável: *a renda*. Desta forma classificamo-la em dois tipos cruciais: absoluta e relativa. Aquela insere pessoas que estão abaixo de obterem o mínimo necessário à sobrevivência, ao passo que esta é formada por pessoas detentoras de padrão de vida abaixo da sociedade que compõem. A distorção surge na pobreza relativa, sobretudo porque seu parâmetro – a distribuição de renda – é definido aleatoriamente de acordo com cada país analisado. Já a pobreza absoluta existe no momento em que a pessoa não possui rendimento capaz de fornecer itens e elementos imprescindíveis à constituição e desenvolvimento da vida, como habitação, alimentação, saúde, etc.

Com o propósito de consolidar as ideias do parágrafo anterior carecemos de novas reflexões. Assim, ponderando sobre a pobreza pela égide da escassez e sua mensuração como absoluta e relativa, no entender de Sônia Rocha (2003, p.9),

“...Entretanto, do que se trata quando, especificamente, nos referimos à pobreza? Pobreza é um fenómeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Para operacionalizar essa noção ampla e vaga, é essencial especificar que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser considerado adequado. A definição relevante depende basicamente do

padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconómico. Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive”.

A análise do parágrafo anterior permite observar a orientação da pobreza pela quantidade e não oferecimento dos itens básicos de sobrevivência dos indivíduos. Em seguida expõe a necessidade de identificar e estipular quais itens mínimos existirão de acordo com a especificidade local bem como o contexto socioeconómico, isto é, as características históricas, físicas e culturais de determinado lugar influenciarão no padrão de vida da população e na pobreza da mesma, bem como o tratamento investigativo que se dará a ela. Na sequência a autora destaca o conceito de pobreza relativa quando define que o nível de pobreza é medido de acordo com o grupo social em que se vive, ligada à desigualdade na distribuição de renda. Neste sentido a pobreza absoluta é aquela em que há a fixação mínima de recursos para a definição da linha da pobreza, sendo considerada pobre certo percentual de população que se situa abaixo dela em dado momento económico de um lugar.

Neste instante surgem problemas efetivos. Como mensurar a renda e medi-la considerando que as fontes informais e não usuais são comuns e existentes nas populações carentes? Fontes informais significam formas alternativas, não necessariamente ilícitas de obtenção e complementação da renda, mas que não são contabilizadas em recenseamentos e dados oficiais pela impossibilidade de conhecê-las, inclusive se supormos a hipótese de computar ou não benefícios sociais concedidos por agentes públicos e/ou privados ao cálculo da renda média, como saúde, educação, assistência nutricional e médica, transporte custeado, entre outros. Paralelamente ao exame prévio, pode-se tentar medir a pobreza absoluta por sua variável conceitual, isto é, como quantificar o mínimo necessário à sobrevivência em diversos padrões culturais, pois o indispensável à pessoa no Brasil não é imperativo à pessoa na Argentina ou Venezuela.

Vale destacar que estas inconsistências na análise e medição da pobreza absoluta e relativa não invalidam os números e estatísticas produzidos no decorrer do tempo pelos

órgãos oficiais nos países objetos deste trabalho, tampouco desmerecem os procedimentos metodológicos empregados. Contudo, precisamos examinar com cautela os algarismos oferecidos visto que novas indagações surgem.

O preâmbulo consiste no fato de que metodologias aplicadas com certo grau de complexidade resultam em dados que porventura fossem originados a partir de técnicas mais “rudimentares” e claras. O item secundário é que dados produzidos em certo país duvidosamente serão confrontados com os de outros países. E por fim, a maioria destes dados, independente da forma e quantidade em que são obtidos, torna-se insatisfatória na demarcação de categorias de pobreza com intuito de nortear a administração pública.

Esclarecidas as dificuldades reais que orbitam pelos dados estatísticos de medição da pobreza e suas flexões, profícuos são em diversas escalas geográficas. Concentrados em populações particulares conduzem à neutralização de disparidades; ajustados à pessoa e seu círculo parental preenchem espaços vagos via auxílios sociais; utilizados largamente sustentam os investimentos públicos elementares em busca da redução da pobreza regional.

Uma das formas que tem sido utilizada atualmente para medir a pobreza pela PNUD, através do RDH, é a adoção do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). O IPM tem como objetivo fornecer um retrato mais amplo sobre as pessoas que vivem com dificuldades. O IPM aponta privações em educação, saúde e padrão de vida – as mesmas dimensões do IDH e pode ajudar a canalizar os recursos para o desenvolvimento de forma mais eficaz. Reunidos, esses itens proporcionam um retrato mais completo de pobreza do que simples indicadores de renda. As três dimensões do IPM se subdividem em dez indicadores: nutrição e mortalidade infantil (saúde); anos de escolaridade e crianças matriculadas (educação); gás de cozinha, sanitários, água, eletricidade, pavimento e bens domésticos (padrões de vida). Assim sendo, uma família é multidimensionalmente pobre se sofre privações em, pelo menos, 30% dos indicadores (cada divisão vale um terço; estes pesos são divididos proporcionalmente pelo número de indicadores analisados em cada uma delas). Em resumo o IPM procura caracterizar e delimitar a dimensão da qualidade de vida da população pelo acesso ou

privação de bens básicos considerados indispensáveis ao sadio desenvolvimento humano (PNUD, 2010, p.8).

Nesta linha de raciocínio, assim raciocina o Panorama Social da América Latina/CEPAL (2010, p.16):

“A América Latina habitualmente tem produzido cifras assimiláveis à noção de pobreza multidimensional por meio da aplicação do método das necessidades básicas insatisfeitas (NBI), que avalia a incidência de carências básicas na população em aspectos como moradia, acesso à água potável e saneamento, e educação. Em sintonia com a necessidade de adotar uma visão complementar ao enfoque monetário para a medição da pobreza, se avalia a evolução das condições de vida por meio de um enfoque similar ao do método das necessidades básicas insatisfeitas. Para isso, se consideram pobres os que têm duas ou mais privações nos âmbitos avaliados. Os resultados mostram uma ampla gama de incidência da pobreza multidimensional, que se assemelha, grosso modo, à obtida com o uso da medição da pobreza monetária”.

O rol de ideias e discussões apresentadas no decorrer deste capítulo nos permite inferir que, mesmo que um país adote ou não graduações e divisões de grupos populacionais ligados à pobreza – como a estipulação de uma “linha da pobreza” –, diante da hibridez de adversidades, qualquer análise quantitativa da pobreza precisa de complementação qualitativa que explore a fundo a aparição de multiplicidades dos variados graus sob o risco de se tornarem vagos ou inatingíveis os objetivos pretendidos de redução e eliminação das desigualdades sociais. Destarte, admite Schwartzman (2007 p. 97-8):

“Um problema comum a esses estudos mais qualitativos é o risco de que os problemas da pobreza terminem sendo vistos como insolúveis, ou até mesmo como preferências “culturais” de determinados grupos, que deveriam ser deixados à sua própria sorte. Daí a importância crescente dos estudos que tentam entender as síndromes de pobreza e os elementos culturais a elas associados não como uma característica intrínseca dos grupos afetados, mas como resultado de um processo mais complexo de interação entre esses

grupos e a sociedade mais ampla, através do qual as identidades, percepções e preconceitos são construídos e reforçados.

(...)

Estudos globais sobre situações de pobreza, realizados a partir de estatísticas de grande representatividade e cobertura, precisam estar acompanhados de estudos em profundidade sobre grupos e situações específicas, sem os quais se torna muito difícil implementar e avaliar políticas adequadas de redução da pobreza”.

3.2. Panorama atual da pobreza na América Latina e no MERCOSUL

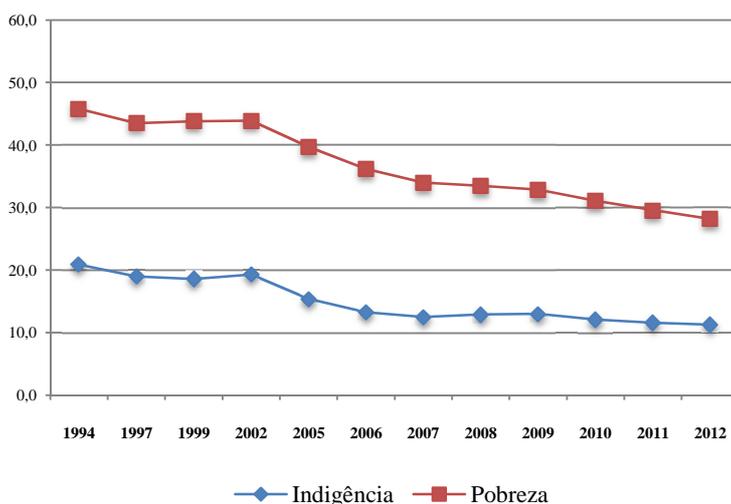
Nesta seção procuraremos demonstrar o evoluir da pobreza na América Latina evidenciando as diferenças marcantes em todo o seu conjunto, além de demonstrar que os avanços obtidos por todos os países advêm de práticas, ações e manifestações dos diversos agentes envolvidos que emergem ao longo dos 30 anos atrás, isto é, a pobreza sobressai e sinaliza imperiosidade diante do crescimento económico como se evidenciou atrás, através do fortalecimento, expansão e diversificação dos mercados, importações e exportações nos países selecionados do MERCOSUL (Brasil, Argentina e Venezuela).

Importa referir que inicialmente pretendíamos analisar somente os dados dos Relatórios de Desenvolvimento Humano publicados pelo PNUD no período 2001 e 2011. Todavia, e com vista termos uma maior abrangência de dados, alargamos a nossa análise para outras instituições e relatórios institucionais que divulgam dados sobre a panorâmica da pobreza na América Latina, nomeadamente o *Panorama Social da América Latina 2010*, preparado conjuntamente pela Divisão de Desenvolvimento Social e a Divisão de Estatística e Projeções Económicas da CEPAL, com participação do Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) – Divisão de População da CEPAL, que contou com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), BM e FMI.

A América Latina e o Caribe foram afetados por sucessivas crises económicas internacionais e regionais, sendo duas delas preponderantes: entre 1999 e 2002 (inclusive com a decretação de moratória da dívida externa pela Argentina) e ao final da

primeira década do século XXI alavancada pela crise imobiliária e creditícia privada norte-Americana e europeia. Diferem no sentido de que nesta o poder público Latino-Americano se precaveu e assumiu posturas que evitaram maiores catástrofes a nível das civis e trabalhistas.

No ano de 2009 a incidência da pobreza atingiu 32,9% da população da região, sendo que destas 13% em condições de indigência – pobreza acentuada. Esses dados representam 180 milhões de pessoas pobres, das quais 72 milhões indigentes (gráfico - 5). Comparativamente aos anos anteriores constantes no gráfico, o percentual de pessoas pobres não indigentes registado em 2010 e anos seguintes foi menor, fato que não é verdadeiro para o percentual de indigentes, que registrou o seu menor índice percentual no ano de 2007 (12,5%).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CEPAL: Divisão de Estatísticas Sociais, com base em tabulações especiais de pesquisas e censos de domicílios dos respectivos países.

Gráfico 5 – América Latina: Evolução da Pobreza e da Indigência (%)

Os resultados acima, embora pavorosos quantitativamente, revelam-se positivos, uma vez que, conforme assinalado anteriormente, após o ano de 2002 – momentos de maiores índices no número de pessoas pobres e indigentes percentualmente após 1990 - ambos indicadores sinalizaram uma redução importante em 2010, de 11,9% para o primeiro e 6,5% para o segundo.

No entender de Mattei (2012, p.12) os dados apresentados:

“a combinação de instabilidade económica, baixo crescimento e manutenção da desigualdade de renda têm um duplo efeito negativo: deterioração da produção (baixo crescimento do PIB) e deterioração das condições sociais (aumento da pobreza). Assim, ciclos económicos cada vez mais breves têm contribuído para minar os ativos dos pobres, especialmente o acesso ao mercado de trabalho e aos demais mercados de bens e serviços [...].

Em grande parte, isto explica porque somente após 2005 a taxa de pobreza, pela primeira vez, tornou-se inferior à taxa verificada em 1980, ou seja, a região levou 25 anos para retornar às taxas apresentadas no início da década de 1980. Este fato mostra que, apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, não há dúvidas que as taxas atuais continuam sendo muito elevadas, o que continua sendo um dos maiores desafios do Continente Latino-Americano”.

Com os dados anteriores procuramos fazer uma análise global da região – América Latina, no sentido de dar uma visão ampla do fenómeno. Em seguida na tabela 7, detalharemos os dados do MERCOSUL, especificamente dos países objeto do nosso trabalho: Argentina, Brasil e Venezuela.

Tabela 7– Evolução da Pobreza e da Indigência no MERCOSUL (%), 2002-2011.

Anos	Argentina		Brasil		Venezuela	
	Indigência (%)	Pobreza (%)	Indigência (%)	Pobreza (%)	Indigência (%)	Pobreza (%)
2002	20,9	45,4	12,6	37,8	22,2	48,6
2003			14,0	38,7	19,0	45,4
2004	14,9	34,9	12,2	37,8	15,9	37,1
2005	11,9	30,6	10,7	36,4	9,9	30,2
2006	9,6	24,8	9,0	33,4	8,5	28,5
2007			8,6	30,2	9,9	27,6
2008	7,2	21	7,3	25,8	9,8	27,1
2009	3,8	11,3	7,0	24,9	10,7	27,8
2011			6,1	20,9	11,7	29,5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CEPAL: Divisão de Estatísticas Sociais, com base em tabulações especiais de pesquisas e censos de domicílios dos respectivos países.

Como se pode verificar a Argentina e o Brasil, de forma geral, reduziram tanto o percentual de pessoas pobres como de indigentes em todos os períodos destacados. Relativamente à Venezuela observa-se uma redução abrupta do número de pobres, bem como o de indigentes entre 2002 e 2009. Entretanto, a partir de 2010, embora tornando-se impossível comparar pois faltam os dados ou estes se encontram indisponíveis o número de pobres e indigentes teve um ligeiro aumento em 2011.

A Argentina foi o país que, dentro de nosso espectro analítico, apresentou a maior redução percentual entre os anos de 2002 a 2011. Em 2002 possuía 45,4% da sua população urbana na pobreza, dos quais 20,9% eram considerados indigentes. Esses números resultam claramente da grave crise econômica pelo qual os países da América Latina passaram principalmente a Argentina com consequências sociais extremas neste país. Contudo, de maneira nítida, foi também o país que apresentou a melhor reestruturação assistencial e social, tendo em vista que o percentual da população urbana na pobreza diminuiu para 21 pontos em 2008 e 11,3 pontos em 2009, enquanto o número de indigentes caiu para 7,2 pontos em 2008 e impressionantes 3,8 pontos em 2009.

O Brasil apresenta dados mais modestos de redução do problema: em 2002, segundo o quadro, possuía 37,8% de sua população total inserida na pobreza, dos quais 12,6% eram indigentes, isto é, números alarmantes tendo em vista que se trata de um dos países mais populosos do mundo. Entretanto, em 2008 conseguiu reduzir para 25,8% o número de pessoas pobres, 7,3% dos quais indigentes e no ano de 2011 houve sensível recuo para ambos os dados, 20,9 e 6,1% respectivamente.

A Venezuela, apesar da restrição de dados em relação aos demais, permite-nos observar que quase metade de sua população total em 2002 (48,6%) era considerada pobre, com 22,2% destes como indigentes. Nos anos seguintes até 2009 houve enorme evolução na redução da pobreza, onde o número de pessoas pobres passou a 27,8% da população total, dentre os quais 10,7% eram indigentes.

A tabela acima destaca um novo olhar de participação na redução da pobreza, seja pelo efeito do “crescimento” ou da “distribuição” entre o período 2008-2009. Em alguns países esses efeitos são complementares, em outros individuais e únicos responsáveis por seus resultados. O principal elemento alterador da renda domiciliar no grupo de pessoas pobres, segundo a CEPAL, é a renda obtida pelo trabalho, seja com avanço ou recuo.

Contudo, é reconhecível e notório que, no caso do Brasil, e.g., a redução da pobreza deu-se também pela transferência direta de recursos, seja por meio privado ou público, como através da execução de programas assistencialistas de transferência/concessão gratuita de crédito, como o *Bolsa Família* e/ou *Fome Zero*.

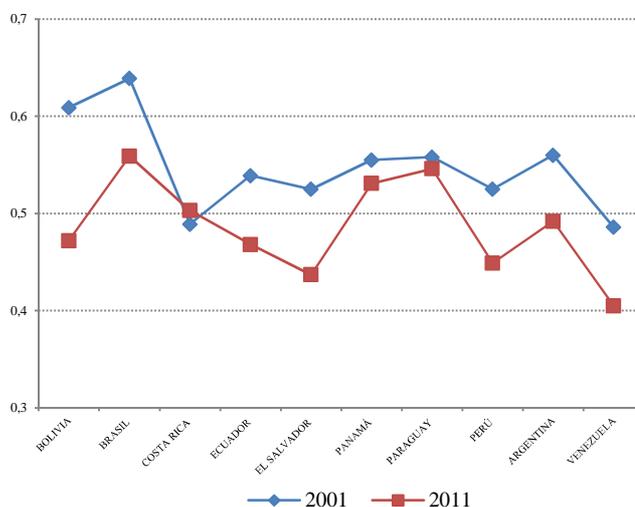
O Programa *Bolsa Família* é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza no Brasil. Por seu turno, o programa *Fome Zero* foi criado em 2003, com objetivo de combater a fome e suas causas estruturantes, que geram a exclusão social. Possui para além deste, outros objetivos complementares nomeadamente: Atingir o ensino básico universal; Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; Reduzir a mortalidade na infância; Melhorar a saúde materna; e Garantir a sustentabilidade ambiental.

Estima-se que com a execução do programa *Fome Zero*, cerca de 20 milhões de pessoas tenham saído da pobreza, entre 2003 e 2009. A segurança alimentar da população brasileira aumentou de 60,1 % em 2004, para 65,8% em 2009. Por outro lado, dados da pesquisa realizada pelo IBGE, mostram melhoria da distribuição de renda para os 50% mais pobres que aumentou em 67,93% no período, ao passo que a renda dos 10% mais ricos cresceu 10% (MACHADO, 2013, p.22).

Observamos que não só o Brasil manifestou este fenómeno, mas diversos países da América Latina reduziram a pobreza pautada em subsídios governamentais, exceto a Argentina. Este país retirou 9,7% de sua população urbana da pobreza via crescimento, isto é, por investimentos diretos e indiretos que permitam às pessoas adquirirem emprego, trabalho e produtividade em associação à participação no mercado de

consumo e conseqüentemente contribuam com a redução das desigualdades sociais, concomitante à diminuição da pobreza.

Por fim, e não menos importante, cabe salientar a enorme e tradicional disparidade econômica entre pessoas pobres e ricas nos países analisados, produzindo na prática a histórica desigualdade na distribuição de renda na América Latina como um todo. Mas, nos últimos anos, a maioria dos países inseridos na região citada apresentaram disposição e tendência à menor concentração de renda, conforme vislumbramos pela análise do índice de Gini abaixo (gráfico 6).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CEPAL: Divisão de Estatísticas Sociais, com base em tabulações especiais de pesquisas e censos de domicílios dos respectivos países.

Gráfico 6 – América Latina: Coeficiente de GINI da distribuição da Renda (2001-2011)

Entre os três países analisados Argentina, Brasil e a Venezuela, esta última demonstrou maior capacidade em diminuir, no período considerado, a diferença entre os mais ricos e pobres pela aproximação das rendas e redução do índice de Gini.

3.3. O papel do Comércio Externo na Redução da Pobreza.

Se tivermos em conta os aspectos acima discriminados, e querendo responder à questão colocada no capítulo introdutório “*Existirá uma relação entre aumento do comércio externo e redução da pobreza?*”, a nossa análise rebate alguns aspectos que nos ajudarão a responder o referido questionamento. Num primeiro momento, faz-se uma

caracterização e abordagem das várias teorias existentes sobre o tema, com vista enquadrar o enfoque e as possíveis hipóteses da Literatura, posteriormente analisam-se diferentes indicadores objetivando identificar uma possível relação entre os dois processos.

O comércio constitui hoje um dos fatores-chaves assumido pela globalização. Com isto, o aumento do intercâmbio comercial entre os países tem sido uma das principais formas representativas, o que reorienta a atenção para possíveis influências deste fenómeno sobre a redução da pobreza. Esta relação é evidenciada quer na proporção de expansão do comércio externo (intra ou extrablocos), como através dos diversos elementos diretos e indiretos que são afetados, inclusive os sociais, isto é, toda reação de investimentos na cadeia produtiva, em qualquer setor da economia (primário, secundário ou terciário) trará retorno direto com geração de empregos, aumento do consumo, fortalecimento e aquecimento do mercado interno, inovações tecnológicas, estímulo à competitividade, entre outros.

Um dos grandes intervenientes neste processo é sem dúvida a OMC. Esta instituição tem um papel intermediador de peso na regulação e implantação de um sistema económico global, pelo que, procura implantar esforços para limitar a capacidade que os Estados possuem para regular atividade económica e com foco em colocar em prática políticas de desenvolvimento que respeitem os seus próprios critérios.

Para Cruz (Cit. por MIRANDA, 2012, p.39), ao internalizar um número crescente de conflitos e divergências a OMC enfrenta o questionamento quanto a sua legitimidade para tratá-los. Neste caso, as propostas de constitucionalização de direitos económicos utilizando a articulação de regimes de direitos humanos e comércio internacional, deixa clara a inevitabilidade da confecção de normas económicas internacionais para esta economia “globalizada”. Assim, os desequilíbrios económicos e sociais e a conexão entre estes e seus fatos geradores viriam a ser estimuladores da tendência à politização das negociações internacionais. Isso gera impactos sobre as perspectivas de futuro da OMC e suas estratégias de negociação como gestora deste processo de reestruturação económica que pretende tornar a economia um fenómeno de dimensões globais.

No âmbito da liberalização comercial a transformação do GATT pela OMC, foi fundamental, pois não só, cingiu a sua ação na resolução de conflitos comerciais ou meras reduções de tarifas e barreiras comerciais, como procurou alargar o seu campo de ação para outras áreas com restrições muitas vezes em políticas nacionais no âmbito social e ambiental quando consideradas inconsistentes ou prejudiciais para o livre comércio.

Analisar o impacto do comércio externo sobre a pobreza constitui sem dúvida nos dias de hoje uma matéria bastante controversa como se poderá verificar adiante. Quando se procura analisar os efeitos do comércio exterior sobre a pobreza, faz-se necessário apontar estudos de Winters *at al.* (2004), que identificam quatro mecanismos através dos quais o comércio pode ter impacto sobre a pobreza. O primeiro dos processos é sentido através do crescimento económico. O segundo, através do efeito que a abertura comercial produz sobre o consumo domiciliar. O terceiro, que incide sobre o mercado de trabalho, referindo-se aos efeitos sobre a geração de empregos e finalmente o quarto, que tem a ver com o impacto na regulamentação fiscal dos países (CEPAL, 2008, p.14).

De acordo com Salama (2005, p.17):

“A abertura pode favorecer o crescimento e, isso fazendo, contribuir para a diminuição da pobreza, mas para que ela seja eficaz e mantenha a coesão social, isto é, que a consolide, ela deve realizar-se de acordo com modalidades que podem ter a ver com o livre comércio [...]. Isso é possível graças a, uma redistribuição das rendas que respeite mais as regras simples de equidade, na condição, portanto, que a abertura mais importante seja [...] pensada”.

Analisando 20 países em desenvolvimento que se globalizaram e empreenderam a abertura comercial nos últimos vinte anos, comparando-os com outros “não globalizados” Dollar e Kraay (2001, p.16) observaram que os países “globalizados” duplicaram o seu comércio externo em relação ao PIB elevando-o para 33%, enquanto que os “não globalizados” reduziram seus fluxos comerciais em relação ao PIB. Relativamente ao PIB per capita nos países globalizados passou de 1,4% nos anos

sessenta, para 2,9% anos setenta, 3,5% anos oitenta e 5% anos noventa. Quando se analisa os países “não globalizados” verifica-se que a taxa crescimento que nos anos sessenta era de 3,3% nos anos noventa passou para 1,4%. Os resultados surpreendem quando se analisa o crescimento dos países ricos, onde se verifica uma redução de 4,7% nos anos sessenta e 2,2% nos anos noventa.

Os autores concluíram que, contrariamente ao que se tem afirmado a expansão do comércio constituiu um forte estímulo para o crescimento económico e para a redução da pobreza, assim como permitiu reduzir a brecha entre ricos e pobres.

No âmbito macroeconómico a relação entre abertura comercial e pobreza os resultados são bastante heterogêneos segundo Ravallion (Cit. por ESCOBAL; PONCE, 2007, pag.70), existem casos em que os pobres ganham e casos em que estes perdem como resultado da abertura comercial. Verificando dados de longo prazo em vários países (e.g. da China) a correlação entre pobreza e abertura comercial é negativa, ou seja, maior abertura comercial menor pobreza.

Um estudo bastante citado sobre o tema é de Winters (Cit. por BITTENCOURT *at al.*, 2008, p.129), que acredita que no curto prazo, a liberalização comercial exerça grande pressão em alguns agentes económicos e que, mesmo no longo prazo, pode deixar alguns deles na pobreza. Apesar disto, a liberalização comercial produz um crescimento em favor dos pobres no longo prazo, e o seu impacto efetivo exerce efeitos diferentes entre os indivíduos e os países.

A complexidade das análises que envolvem o impacto da abertura comercial na redução da pobreza destaca alguns estudos que evidenciam uma relação não linear entre os dois processos. Agenor (Cit. por OLIVEIRA *at al.*, 2011, p.4), afirma que a não-linearidade decorre da atuação de vários efeitos conflitantes, no curto e longo prazo, que torna a avaliação do impacto da abertura comercial sobre a pobreza dependente de vários desdobramentos e casualidades. No seu entender existe a possibilidade de uma relação na forma de U invertido entre a abertura comercial e pobreza que opera através de dois efeitos: um efeito sobre o produto e outro sobre o salário relativo. Os dois efeitos atuam

de forma a aumentar a pobreza no curto prazo, mas tendem a reduzi-la no longo prazo. Portanto, pode haver limiares críticos que devem ser atingidos antes que a abertura comercial possa dar uma contribuição positiva para a redução da pobreza.

Testando hipóteses de não-linearidade do impacto da abertura comercial sobre a pobreza Liang (Cit. por OLIVEIRA *at al.*, 2011, p.8), utilizando o modelo “*threshold*” em 25 províncias da China, concluiu, que, regiões com menor exposição ao comércio internacional (com índices de abertura inferior a 0,4), a abertura é positivamente associada a aumentos na pobreza. Por seu turno, regiões com maior abertura ao comércio internacional superior ao valor do *threshold*, o impacto da abertura atua no sentido de reduzir a pobreza.

Os países orientados para o exterior possuem a tendência de crescer mais que os demais (ALMEIDA, 2004, p.13-14). Analisando indicadores objetivos de renda e de participação no comércio internacional, verifica que os países que apresentam um maior coeficiente de abertura externa – isto é, participação mais elevada do comércio exterior – ou que ostentam, de maneira geral, um maior grau de abertura económica (fluxos de capitais, investimentos diretos etc.), apresentam uma renda média superior a USD 23 mil, ao passo que aqueles países caracterizados por uma economia mais “reprimida”, fechada aos intercâmbios globais, exibem anêmicos USD 3.800 como renda *per capita*. Esclarece ainda, que nem todos os fatores de riqueza nacional se devem, prioritariamente, à abertura externa, ou seja, países com “vitalidade” económica num ambiente económico relativamente fechado possam estabelecer correlações empiricamente válidas entre a autarquia e uma suposta “prosperidade nacional”.

Como se pode notar várias teorias defendem que uma maior abertura comercial impacta positivamente no crescimento económico e na redução da pobreza, entretanto, este aspecto por vezes não é consensual, visto receber críticas como em Rodriguez e Rodrik (Cit. por BARRAUD, 2008, p.100-101).

Em resposta às críticas e aos resultados pouco satisfatórios dos modelos e teorias tradicionais analisadas anteriormente, surgiu mais recentemente uma linha que aborda o

tema desde uma perspectiva igualmente macroeconómica, dos efeitos a curto e longo prazo, como o fez Ravallion (Cit. por BARRAUD, 2008, p.100-101). A grande diferença é precisamente o foco para regiões, ou grupos de países. No entender McCulloch *et al.* (*idem*, p.100-101), uma das componentes chaves para análise, deve ser a estimação da magnitude e o canal para transmissão da política de bens e preços. Os preços não devem ser afetados uniformemente, mas sim, ter em conta aspetos setoriais, regionais, institucionais, culturais e demais fatores internos de cada país específico.

Em conclusão, a literatura consultada essencialmente voltada para as teorias do comércio internacional, mostram evidências ainda que controversas e ambíguas, em como o comércio externo impacta positivamente na redução da pobreza de forma não linear. Maior parte dos estudos analisa os efeitos do comércio externo sobre o crescimento económico e desigualdades da renda que por sua vez impactam sobre a pobreza a longo prazo e através de diversas variáveis e regiões. No curto prazo, as evidências do impacto da abertura comercial sobre a pobreza ainda são bastante remotas, pelo contrário, mostram que os pobres têm mais dificuldades para proteger-se ou tirar aproveitamento dos efeitos positivos que podem surgir a partir da abertura comercial.

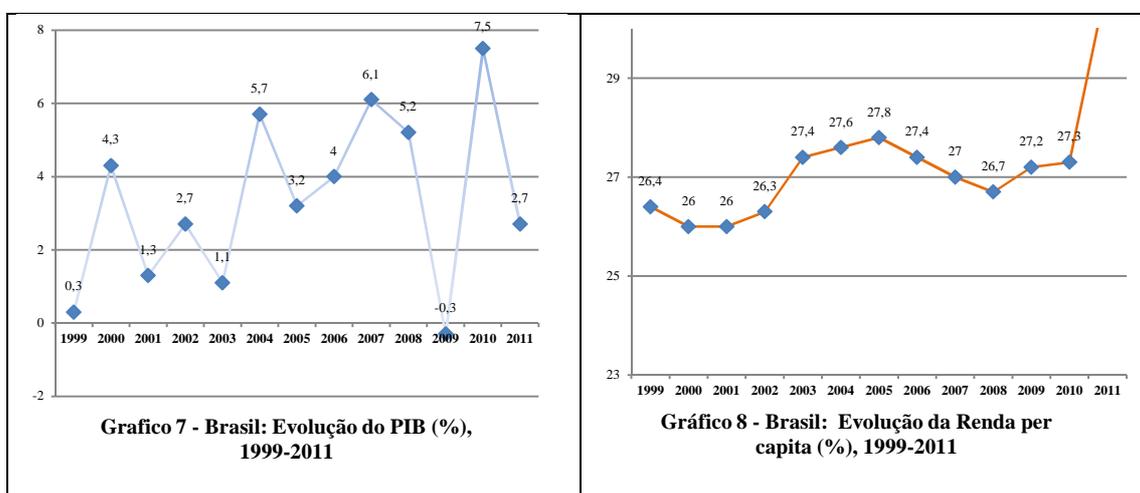
Com ajuda dos dados dispostos nas tabelas e gráficos descritos anteriormente (sobre evolução do comércio externo e evolução da pobreza no MERCOSUL), procuraremos adiante verificar e demonstrar a existência de uma relação entre os dois processos no Brasil, Argentina e Venezuela respectivamente. Contudo, não podemos descartar outras circunstâncias públicas (estratégias, políticas) e/ou privadas que complementam e explicam os dados analisados.

3.3.1. Verificação das evidências.

Nos anos 90 o Brasil foi uma das economias que conheceu um acelerado processo de abertura comercial, expondo a sua economia para a concorrência internacional. Este fato por si só, constituiu um grande desafio visto que a economia ficou sujeita a enormes

mudanças sentidas também no mercado do trabalho, se tivermos em conta que maioria dos trabalhadores Brasileiros possui baixa qualificação profissional.

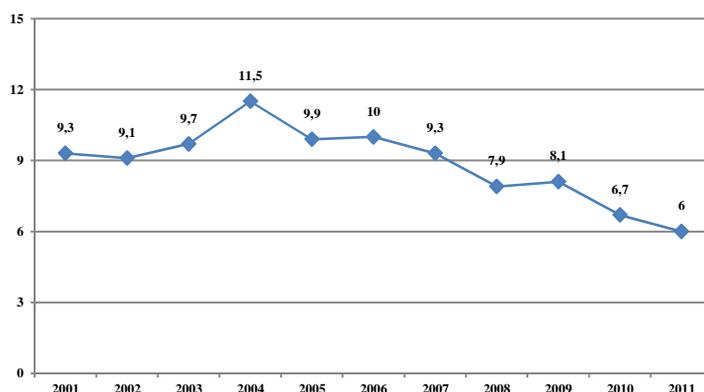
Quando analisámos o capítulo sobre evolução do comércio externo no MERCOSUL, verificámos que as exportações Brasileiras (extra e intra), tiveram um crescimento considerável, destacando-se os setores da indústria mineira, petróleo e seus derivados, agricultura e indústria de automóveis como os setores mais exportadores (devido a sua capacidade de diversificação da produção interna). A evolução positiva do comércio externo foi acompanhado de um forte crescimento da economia, assim como do aumento da renda *per capita* das famílias⁷ como se verifica no gráfico 7 e 8 a seguir.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e Banco Mundial.

No gráfico 9 é refletido a evolução do desemprego. O menor crescimento económico nos anos iniciais refletiu-se no aumento de população desempregada. A partir de 2003-04 momento em que se observa-se uma recuperação da economia, o número de desempregados diminuiu paulatinamente.

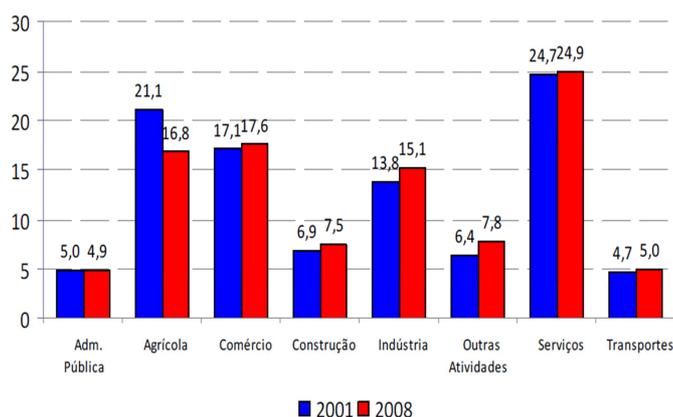
⁷ A renda per capita familiar (domiciliar) foi calculada com base nas populações que auferem meio a um salário mínimo.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, Direção de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento.

Gráfico 9 - Brasil: Evolução do desemprego (%)

O gráfico 10 abaixo apresenta a evolução da população empregada por setores. Chama a atenção o fato de alguns setores com maior influência no volume de exportações (indústria mineira, agricultura), constituírem junto do setor terciário (serviços e comércio) como os mais empregadores. Entre 2001 a 2008 os setores da indústria e do comércio aumentaram o seu nível de ocupação. No entanto, o setor agrícola, foi o único a apresentar desempenho negativo se comparado com períodos anteriores. Notar que o setor do comércio registou taxas de crescimento significativas, enquanto a indústria, serviços e construção cresceram a taxas superiores à média.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/PNAD.

Gráfico 10 - Brasil: População empregada por setores de atividade (%)

Os setores da agricultura e pesca e da indústria perderam importância no emprego total, devido essencialmente à introdução e evolução tecnológica verificada nestas áreas. Este

aspecto é importante, pelo fato da liberalização do comércio como mencionamos anteriormente introduzir um maior nível de tecnologia, exigindo desta forma uma maior qualificação dos trabalhadores.

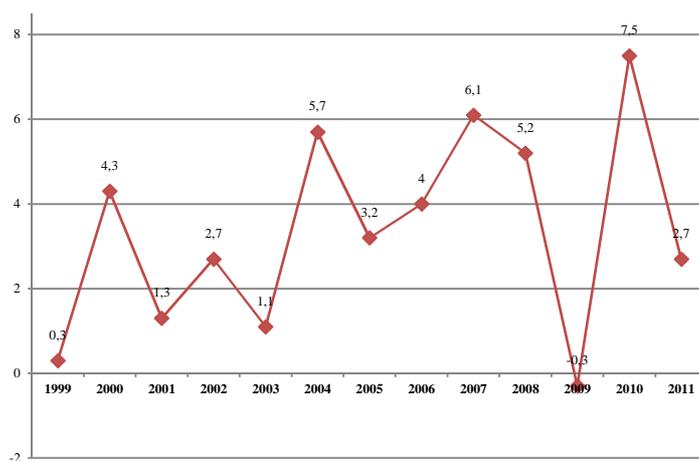
Na generalidade os dados ilustram-nos que em períodos de baixo crescimento da economia o número de desempregados, de pobres e de indigentes manteve-se elevado. Entretanto, com a retomada do crescimento, resultado em parte pelo aumento das exportações, a renda *per capita* das famílias aumentou, o desemprego diminuiu e consequentemente o número de pobres e de indigentes também reduziu conforme analisado anteriormente na tabela 8.

Finalmente, mencionar que à execução de programas assistencialistas ou transferência de renda como o *Bolsa Família* e/ou *Fome Zero*, contribuíram para a redução da pobreza no Brasil como referido anteriormente. O orçamento para os programas sociais foi Ampliado de ano para ano. Por e.g. os recursos destinados às ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – responsável pelo programa Bolsa-Família e pelo pagamento dos Benefícios de Prestação Continuada tenham atingido desde seu início em 2003 até 2009 cerca de US\$ 11.6 bilhões de dólares (IPEA, 2010, p.17).

Na generalidade os programas de proteção social, ajudam no aumento das condições necessárias para que as famílias pobres possam aproveitar as oportunidades disponíveis (no âmbito da educação, saneamento básico, saúde, agricultura etc.), e com isto melhorar o seu bem-estar.

A Argentina por sua vez conheceu momentos diferentes do Brasil e da Venezuela. Segundo Damil, Frenkel e Maurizio (Cit. por CUNHA; FERRARI, 2009, p.8), a execução das políticas neoliberais na Argentina, revelaram-se como profundos flagelos para o subdesenvolvimento. Aspectos como pobreza, desemprego, precarização das relações de trabalho, elevada desigualdade na distribuição de renda, etc., que até pouco tempo pareciam estar distantes da realidade socioeconômica, tornaram-se parte da sociedade Argentina liberal e globalizada que emergiu a partir das reformas estruturais dos anos 1990.

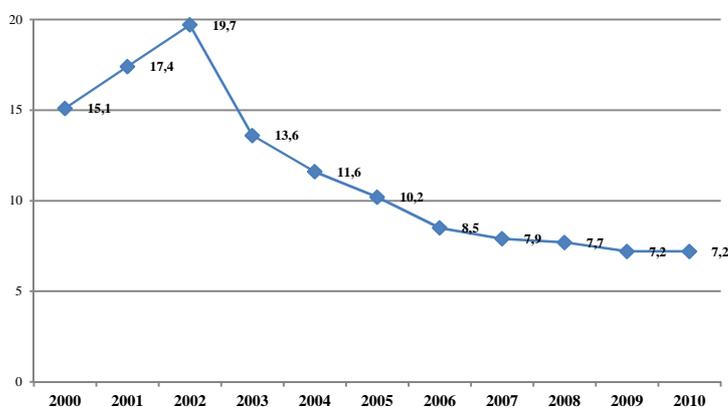
Para sair deste cenário Argentina socorreu-se das ajudas externas essencialmente do FMI, assim como da captação de recursos no setor privado visando contrapor a situação. No ano 2001 - 02, procedeu à reestruturação da dívida, obtendo resultados positivos a nível do crescimento da sua economia até 2007. Em 2008 e 2009, período da crise económica mundial, o crescimento reduziu para 5,2% e 0,8% respetivamente, para no ano seguinte aumentar 7,5% (ver gráfico 11).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CEPAL: Anuário económico 2010-11.

Gráfico 11 – Argentina: Evolução do PIB (%)

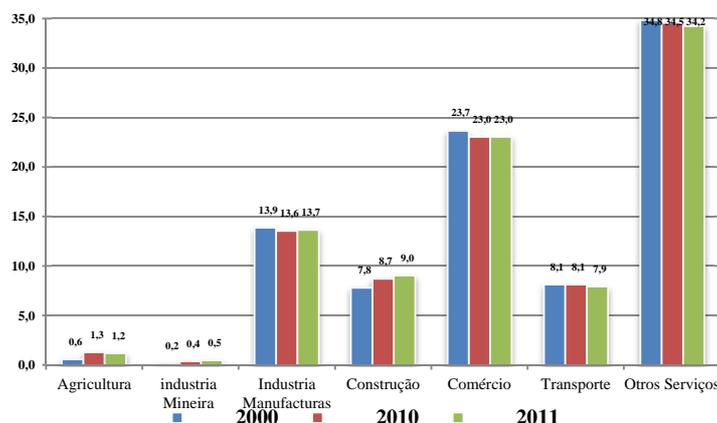
No gráfico 12 abaixo vislumbramos a evolução do desemprego. Observe-se que com quase 15,1% da população desempregada no ano 2000, em 2010 este número reduziu para quase metade 7,2%.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CEPAL: Anuário económico 2010-11

Gráfico 12 – Argentina: Evolução do desemprego (%)

O gráfico 13 a seguir visualiza os setores de serviços, comércio e indústria de manufaturas como os que mais empregos criaram. Contrariamente as exportações, onde verificámos a agricultura (produção de oleaginosas e soja), petróleo e seus derivados e indústria automóvel como setores mais exportadores, a criação de empregos incidiu essencialmente em setores onde o país possuía alguma especialização, ou seja, atividades com pouca intensidade e necessidade de mão-de-obra qualificada nomeadamente serviços, comércio e indústria de manufaturas.

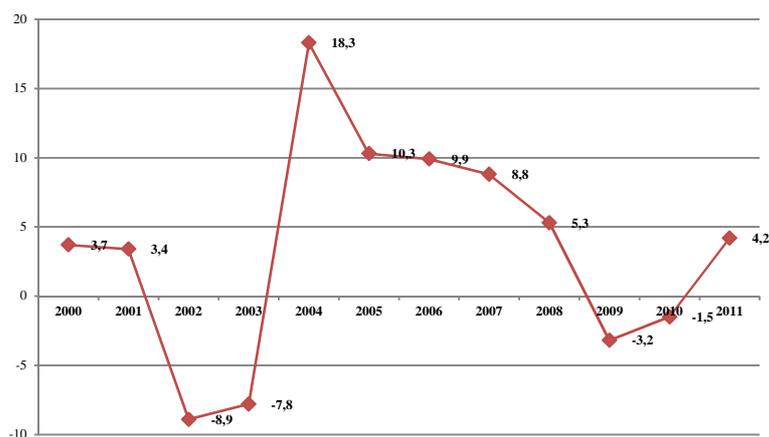


Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da CEPAL: Divisão de Estatísticas. Unidade de Estatísticas Sociais, com base em tabulações especiais das pesquisas de domicílios.

Gráfico 13– Argentina: População empregada por áreas setoriais.

Concluindo, pelos dados observados podemos inferir que as exportações Argentinas foram um fator chave para alcançar os equilíbrios macroeconómicos, com vista a garantir o rápido crescimento da economia, entretanto, com pouco significativas na promoção do emprego.

Finalmente a Venezuela, com a ascensão ao poder de Hugo Chávez em 1999, o PIB caiu para 6%. Em 2000, com a execução da política económica expansionista, a taxa de crescimento da economia elevou-se para 3,7%. A forte recuperação começou no segundo semestre de 2003, com o aumento dos preços do petróleo a nível mundial e a retoma das exportações. Em 2004 o crescimento do PIB atingiu 18,3% e nos anos seguintes o crescimento foi menos acelerado. Em 2008, o crescimento económico ainda foi significativo tendo registado um valor de 5,6%, para no ano de 2009 e 2010, devido à crise económica baixar para (-3,2% e -1,5%) respetivamente.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial.

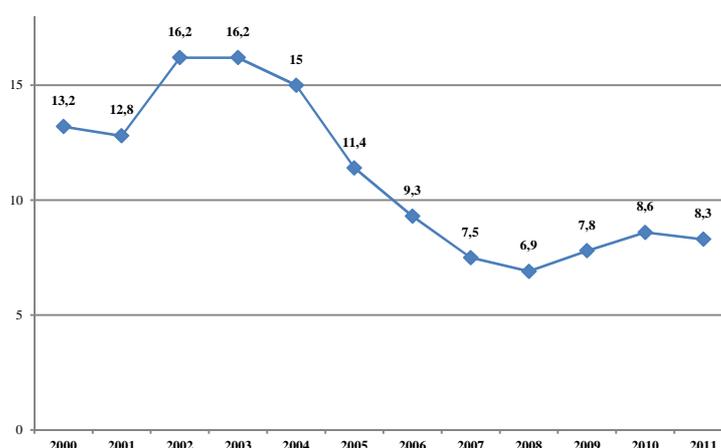
Gráfico 14– Venezuela: Evolução do PIB (%), 2000-2011.

É interessante verificar no caso da Venezuela, quer o volume de exportação (intra e extra) apresentados na página 44, como os níveis de crescimento da economia, apresentaram-se sempre com crescimentos bastante irregulares. Isto pode ser explicado essencialmente pela evolução dos preços do barril e das quantidades exportadas de petróleo, ou seja, as exportações dependem muito da demanda internacional, das diretrizes da OPEP em reduzir a produção mundial com vista a manter os preços, ou ainda o aparecimento de países com potencial exportador como a Arábia Saudita e o Brasil.

A manutenção da estabilidade macroeconómica, somada ao aumento nos preços internacionais do petróleo, criou um ambiente bastante favorável para as mudanças institucionais que ajudaram na consolidação do governo (BARROS, 2006, p.222).

No gráfico 15 abaixo vislumbramos a existência de 13,2% desempregados em 2000, número este que aumentou nos dois anos seguintes. A partir de 2004 o número de pessoas ativas aumentou e a taxa de desemprego foi reduzindo chegando a atingir em 2011 cerca de 8,3%. Observa-se que em períodos de baixo crescimento económico os índices de desemprego elevaram-se, com reatar do crescimento, as taxas de desemprego decresceram.

A evolução das taxas de desemprego apresentam tendências de redução pouco significativas que podem ser explicadas devido à dependência do país às exportações do petróleo, sendo esta uma área pouco empregadora e bastante exigente em termos de qualificação mão-de-obra, um grande número de populações procura inserir-se noutras áreas que mostram vantagens competitivas em termos de exportação como a indústria, agricultura ou ainda o comércio informal (áreas pouco exigentes em termos de especialização e mão-de-obra qualificada).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial.

Gráfico 15 – Venezuela: Evolução do desemprego (%)

De forma geral, verificamos que o efeito das exportações Venezuelanas, essencialmente do petróleo e seus derivados repercutiu no crescimento da economia. O aumento das receitas permitiu à aplicação pelo governo Venezuelano de elevados recursos financeiros (em 1998 cerca de 8,2% do orçamento do PIB, e em 2008, aumentou para 13,6% do orçamento com gastos sociais) em programas sociais, o que permitiu redistribuir a renda entre as famílias mais pobres, essencialmente rurais, que beneficiaram de programas de reabilitação de infra-estruturas sociais (escolas, hospitais, estradas etc.), e investimentos em áreas como a banca (créditos), a indústria de manufatura, agricultura, etc.

Outras causas estão relacionadas com o fato do governo Venezuelano ter criado pacotes de proteção social, que visam controlar o mercado fornecedor de bens e serviços e taxando os preços dos principais produtos importados, permitindo que as famílias com

renda média (na maioria trabalhadores empregados no setor formal e privados) possam adquiri-los.

De forma geral, embora os dados observados nos três países sejam diferentes de país para país, estes enfatizam dois aspectos importantes: primeiro, o comércio externo funcionou como promotor do crescimento económico, e segundo, embora as poucas evidências encontradas assim o demonstrem, observa-se que em períodos com desempenhos positivos no comércio externo o número de pobres e de indigentes reduziu.

As evidências mostraram-nos que períodos com menor volume de exportações, o crescimento económico foi menor, conseqüentemente o número de desempregados, pobres e de indigentes aumentou. Entretanto, com o aumento do volume de exportações, o PIB cresceu e o número de desempregados, pobres e de indigentes diminuiu, ou seja, os efeitos do comércio externo sobre a pobreza embora não linear foram positivos, corroborando com algumas teorias e resultados de estudos empíricos desenvolvidos por Dollar e Kraay, (2002), Almeida (2004) ou ainda Liang (2006), que demonstram que o comércio externo constitui uma peça fundamental para a redução da pobreza.

Na generalidade observou-se que o maior volume no comércio externo impactou positivamente no crescimento económico e na criação de maior número de empregos. Como é sabido, nos três países o grau de desigualdade da renda é elevado, pelo que, a pobreza tende a elevar-se devido à renda *per capita* disponível. Assim sendo, o emprego e conseqüentemente a aferição de um salário (no geral mínimo), é visto como instrumento que ajuda na melhoria do bem-estar e na redução dos índices de pobreza no seio das famílias, ou seja, com o aumento do comércio externo (exportação e importação) as famílias têm uma maior diversidade de bens e serviços, preços competitivos, na generalidade baixos, visto existir maior oferta de produtos.

Por outro lado, as evidências apresentadas sustentam argumentos de Han-Son ; Topalova (Cit. por BARRAUD, 2008, p.105), de que a maioria dos países subdesenvolvidos onde as receitas familiares dependem da produção básica, é comum verificar que maior abertura comercial a pobreza reduz, entretanto, economias de países

em vias de desenvolvimento ou desenvolvimento médio, onde a principal fonte de renda é o emprego, uma maior abertura está relacionado a maiores desigualdades na distribuição da renda e em certas situações a incidência da pobreza aumenta, sobre tudo para aquelas famílias que dependem do emprego em setores de importação. Para estas situações os principais benefícios são detectados no setor da exportação, já que resultados empíricos demonstram que níveis elevados de exportação reduzem a pobreza.

Barros, Camargo e Mendonça (Cit. por LEVY *et al.*, 2006, p.41) identificam quatro tipos de políticas de combate à pobreza e à desigualdade. O primeiro, mais estrutural, busca elevar a renda dos mais pobres com base em aumentos na produtividade do trabalho. O segundo tipo de política busca garantir oportunidades de trabalho aos trabalhadores desempregados e desencorajados. Em terceiro lugar, a renda real das famílias e dos trabalhadores mais pobres pode ser elevada através de mudanças nos termos de troca, que elevem a remuneração do trabalho ou reduzam o custo da cesta básica. A quarta seria elevar a renda das famílias pobres por transferências governamentais.

As quatro hipóteses apresentadas acima traduzem os cenários encontrados nos três países visando reduzir a pobreza, quer em termos de estratégia de criação de empregos, fomentando programas de educação e capacitação profissional que elevam a produtividade do trabalhador, como através da transferência de recursos governamentais através da execução dos programas de proteção social como é o caso do Brasil ou ainda da Venezuela.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização ganha maior notoriedade nos anos 90, após colapso da economia socialista com a queda do muro de Berlim, associado à fluidez e versatilidade do capital financeiro, de caráter material e imaterial, dotado de potencial de consumo e decisão, inclusive política e de relações internacionais entre países, empresas, conglomerados e indivíduos. Se para uns “globalistas” é benéfico, entretanto, para outros “antiglobalistas” consideram que os seus custos são extremamente elevados, nomeadamente para os chamados países em vias de desenvolvimento que não se adaptaram às grandes exigências.

Com a globalização os países tornam-se dependentes uns dos outros, pois nenhum governo ou estado consegue resolver individualmente seus os principais problemas económicos, sociais ou ambientais. Para muitos países, a globalização incentivou o crescimento económico global direta ou indiretamente, contribuiu para mudanças radicais, com criação de mais emprego e, em muitos casos, mais qualificação e melhorias substanciais no nível de vida para milhões de pessoas. Entretanto, para outros países menos adaptados, este fenómeno constituiu-se como um poderoso acelerador e intensificador das condições de declínio económico e desamparo social das populações de muitas zonas, aumentando as assimetrias e as desigualdades.

As discussões sobre o conceito de desenvolvimento tiveram início na década de 50 após fim da segunda guerra mundial, e vai sendo consensual afirmar que as bases de afirmação sobre o desenvolvimento e qualidade de vida não podem ser simplesmente amparadas pelo desenvolvimento económico – PIB –, mas sim, analisando e incorporando outros aspectos e abordagens como a social, a humana, e ambiental etc., assim como outros índices que servem de comparativo temporal de melhoria das condições de vida dos indivíduos. Atualmente o PNUD através dos RDH incorpora no IDH, três componentes essenciais nomeadamente, a renda, saúde e educação.

O desenvolvimento em si, engloba complexas mudanças e transformações, quer de âmbito económico, político, humano e social, ou seja, o desenvolvimento deve ser

encarado como crescimento – aumento de renda, mas também como catalizador da melhoria do nível de vida das populações em sectores como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, entre outras.

Visto assim, podemos aferir que a globalização influencia no desenvolvimento, de maneira que, quando existe maior abertura comercial, eliminação de restrições impostas à livre circulação de bens, capitais e mão-de-obra, o comércio externo aumenta, a economia cresce e se moderniza, favorecendo o bem-estar das populações. No entanto, nem sempre este aspecto é consensual, visto que, se para uns a liberalização comercial promoveu crescimento económico, reduziu a pobreza, para outros, influenciou no aumento das desigualdades e das assimetrias regionais e da pobreza das populações essencialmente rurais de vários países em África, na América Latina e na Ásia.

Com a expansão da globalização na segunda metade do século XX em diante, especificamente na década de 90, vários blocos geoeconómicos surgem e/ou se fortalecem essencialmente voltados para a integração económica, cultural e social. Os processos de integração buscam no geral unificar regras comerciais, no sentido de fortalecer seu peso político e económico no contexto internacional. É neste diapasão que em 1991 é constituído o MERCOSUL, como resultado de vários processos iniciados nos anos 50 com a instituição da CEPAL. Os processos de integração económica, através da formação de blocos regionais, constituem uma estratégia clara dos países em proteger-se dos efeitos da globalização. Neste sentido a criação destes blocos ocorre alimentando ideias globalizantes como a eliminação de fronteiras.

Após criação do MERCOSUL evidenciou-se que o comércio externo nos três países teve uma evolução positiva destacando-se o comércio extrabloco, influenciado entre outros, por uma maior participação dos países no mercado internacional, assim como, na maior abertura dos países do bloco a investimentos externos, quer sejam, privados como de outros governos. O comércio intrabloco, teve igualmente evolução positiva, sobretudo, o Brasil que pela sua capacidade tecnológica se destacou se comparado com outros países do bloco. A Venezuela, embora tenha verificado resultados positivos no comércio extrabloco a nível do intrabloco as suas exportações foram bastante reduzidas

e limitadas, devido essencialmente à escassa capacidade de diversificação da sua produção interna, visto que dependente bastante das exportações do petróleo. Os resultados do comércio intrabloco são atribuídos essencialmente à livre circulação de pessoas e bens, redução de tarifas e barreiras alfandegárias e finalmente à alta proteção concedida para alguns setores e produtos com vista restringir a concorrência externa.

Pobreza continua sendo um conceito difícil de mensuração, daí que vários países e instituições procurem adoptar mecanismos diferentes e/ou comuns para medir a pobreza. Nos últimos anos o PNUD incorporou mais um mecanismo para medir a pobreza, o IPM. O IPM aponta privações em educação, saúde e padrão de vida. As três dimensões do IPM se subdividem em dez indicadores: nutrição e mortalidade infantil (saúde); anos de escolaridade e crianças matriculadas (educação); gás de cozinha, sanitários, água, eletricidade, pavimento e bens domésticos (padrões de vida). Assim sendo, uma família é multidimensionalmente pobre se sofre privações em, pelo menos, 30% dos indicadores (cada divisão vale um terço; estes pesos são divididos proporcionalmente pelo número de indicadores analisados em cada uma delas).

Observou-se que o número de pobres e indigentes teve um decréscimo acentuado no período analisado (2002-2011). Destacar a Argentina que teve a maior redução de pobres e indigentes e a Venezuela que reduziu para quase metade o número de pobres.

A relação entre comércio externo e redução da pobreza é refletida de forma não linear como reportam alguns autores e estudos empíricos, visto que a redução da pobreza depende de vários mecanismos e de múltiplas causas, sendo que, os seus efeitos são sentidos a longo prazo e de país para país. Empiricamente, a literatura consultada mostra evidências de que países com maior abertura comercial as taxas de pobreza diminuem, enquanto, países com menor abertura os índices de pobreza aumentam.

A redução da pobreza e da indigência nos três países, não pode ser atribuída diretamente ao aumento do comércio externo. Verificou-se que redução da pobreza e da indigência, foi influenciada pela execução pelos governos de diversas políticas assistencialistas ou transferência de renda como o *Bolsa Família* e/ou *Fome Zero* no Brasil.

O aumento das exportações impactou no crescimento do PIB e da renda *per capita*, consequentemente no aumento da geração de empregos em setores que possuem poucas exigências em termos de mão de obra especializada, como os serviços, comércio e indústria de manufaturas.

Os reflexos da globalização são sem dúvidas sentidos de forma bastante ampla a nível de qualquer sociedade, pelo que, devido a sua importância, interesse e complexidade do tema, sugerimos que este trabalho seja continuado no futuro, analisando outras componentes que direta ou indiretamente influenciam na redução da pobreza, a saber: renda, padrões de consumo, ganhos com programas de assistência social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Rogério - Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. [Em linha]. **Cadernos de Estudos Africanos**. Lisboa. p.35-70, (2003). [Consultado em: 02/11/13]. Disponível em: [www: <URL: http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/3186/1/2003_4_02.pdf>](http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/3186/1/2003_4_02.pdf). ISSN 1645-3794. 4;

ALMEIDA, Paulo Roberto - A globalização e o desenvolvimento: vantagens e desvantagens de um processo indomável. [Em linha]. (2004). [Consultado em 30/11/12]. Disponível em: [www: <URL: http://pralmeida.net/04Temas/11academia/05materiais/1205GlobalizDesenv.pdf>](http://pralmeida.net/04Temas/11academia/05materiais/1205GlobalizDesenv.pdf);

ALMEIDA, Paulo Roberto - Dez anos de MERCOSUL: uma visão brasileira. [Em linha]. **Scientia Iuris**. Vol. p. 19-50, (2012). [Consultado em 22/11/13]. Disponível em [www: <URL: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/view/11203/9968>](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/view/11203/9968).ISSN 2178-8189 ;

BARBIERO, Alan ; CHALOUT, Yves - O MERCOSUL e a Nova Ordem Económica Internacional. [Em linha]. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol.44, nº. 1, p.22, (Jan.-Jun. de 2001). [Consultado em: 01/11/2013]. Disponível em: [www: <URL: http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292001000100003>](http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292001000100003). ISSN 0034-7329;

BARRAUD, Ariel - Comércio Internacional Y Pobreza. [Em linha]. **Progresos En Economía Internacional**, 1ª edição. Buenos Aires, Argentina: Grupo Editorial SRL p.200. (Novembro de 2008). [Consultado em: 01/04/2014]. Disponível em: [www: <URL: http://www.aaep.org.ar/publicaciones/download/economia_internacional.pdf#page=>102>](http://www.aaep.org.ar/publicaciones/download/economia_internacional.pdf#page=>102). ISBN 978-950-9445-59-8;

BARROS, Pedro Silva - Chávez e petróleo: uma análise da nova política económica

venezuelana. [Em linha]. **IN: Cadernos PROLAM/USP**. Vol. 2 p. 209 - 237. (2006). [Consultado em: 01/04/2014]. Disponível em: [www: <URL: http://www.usp.br/prolam/downloads/2006_2_7.pdf>](http://www.usp.br/prolam/downloads/2006_2_7.pdf);

BAUMAN, Zygmunt - Globalização: as consequências humanas. [Em linha]. **Fundo de Cultura Económica**. Buenos Aires, Argentina, Zahar, (1999). Data atualização 2013. [Consultado em: 01/11/2013]. Disponível em: [www: <URL: http://educacion.mec.gub.uy/boletin/1ra.%20presentaci%C3%B3n%20IV%20Muestra%20de%20Libros%20del%20a%C3%B1o%202013.pdf>](http://educacion.mec.gub.uy/boletin/1ra.%20presentaci%C3%B3n%20IV%20Muestra%20de%20Libros%20del%20a%C3%B1o%202013.pdf). ISBN 978-950-557-330-1;

BIJOS, Leila [et al.]. - A Dominação Económica e os Processos de Integração Regional. [Em linha]. **Revista do Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília**. Vol. 6, nº. 2, (2012). [Consultado em: 14/12/13]. Disponível em: [www: <URL: http://portalrevistas.ucb.br/index.php/rvmd/article/viewPDFInterstitial/3774/2238>](http://portalrevistas.ucb.br/index.php/rvmd/article/viewPDFInterstitial/3774/2238);

BITTENCOURT, Mauricio Vaz Lobo; LARSON, Donald W. ; KRAYBILL, David L. - A liberalização comercial e os impactos regionais sobre a pobreza e a distribuição de renda no Brasil. [Em linha]. **Pesquisa e Planejamento Económico**. Vol. 38, nº.1, (2008). [Consultado em: 26/12/13]. Disponível em: [www: <URL: http://www.memoria.nemesis.org.br/index.php/ppe/article/viewFile/104/1026>](http://www.memoria.nemesis.org.br/index.php/ppe/article/viewFile/104/1026);

BM (BANCO MUNDIAL). **Estimativas de redução da pobreza extrema 2005-2010**. [Em linha]. (2012). [Consultado em 02/10/12]. Disponível em [www: <URL: http://go.worldbank.org/4CWWJJY2M0>](http://go.worldbank.org/4CWWJJY2M0);

BRUM, Argemiro Luís; BEDIN, Gilmar António - Globalização e Desenvolvimento: algumas reflexões do mundo atual e suas implicações no processo de desenvolvimento. [Em linha]. **Desenvolvimento em Questão**. Vol. 1, nº. 2, p. 9-35, (2003). [Consultado em: 05/11/13]. Disponível em: [www: <URL: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75210202>](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75210202). ISSN 2237-6453;

CAMARGO, Sonia de - O processo de integração regional: fronteiras abertas para os trabalhadores do Mercosul. [Em linha]. **Contexto internacional**. Vol.32, nº. 2, p. 489-517, (2010). [Consultado em: 01/12/13]. Disponível em: [www:<URL: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292010000200007>](http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292010000200007). ISSN 0102-8529;

CARRERA TROYANO, Miguel; ANTÓN, José-Ignacio - La economía de Venezuela, 1975-2005. [Em linha]. **Nuestra América**. Porto, p.37-56. (Ago - Dic 2007). [Consultado em: 14/03/14]. Disponível em: [www: <URL: http://hdl.handle.net/10284/2547>](http://hdl.handle.net/10284/2547). ISSN 1646-5024.4;

CEPAL (COMISSÃO ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA E O CARIBE) - **Comércio y pobreza: análisis comparativo de la evidencia para América Latina**. [Em linha]. (2008). [Consultado em: 20/12/13]. Disponível em: [www: <URL: http://www.eclac.cl/comercio/publicaciones/xml/8/33228/serie_87_COMERCIO_PROBREZA.pdf>](http://www.eclac.cl/comercio/publicaciones/xml/8/33228/serie_87_COMERCIO_PROBREZA.pdf);

___ **Panorama Social da América Latina**. [Em linha]. (2010). [Consultado em 12/03/13]. Disponível na internet em: [www: <URL: http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/6/41806/P41806.xml;xsl=/dds/tpl/p9f.xsl>](http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/6/41806/P41806.xml;xsl=/dds/tpl/p9f.xsl);

___ **Acordos do MERCOSUL com Terceiros Países**. [Em linha]. (Jul. 2008). [Consultado em: 20/12/13]. Disponível em: [www http://www.cepal.org/brasil/publicaciones/sinsigla/xml/3/33843/LCBRSR192Mercosul.pdf](http://www.cepal.org/brasil/publicaciones/sinsigla/xml/3/33843/LCBRSR192Mercosul.pdf)>;

___ **Evolución reciente de la balanza comercial argentina. El desplazamiento de la restricción externa**. [Em linha]. (2002). [Consultado em 20/11/13]. Disponível em: [www: <URL: http://www.eclac.org/publicaciones/xml/1/32311/CapIV.pdf>](http://www.eclac.org/publicaciones/xml/1/32311/CapIV.pdf);

___ **Globalização e Desenvolvimento**. Relatório Apresentado no Vigessimo nono Período de Sessões realizadas no Brasil. [Em linha]. (2002). [Consultado em 13/06/14]. Disponível em: [www: <URL \(http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/9/10029/Por](http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/9/10029/Por)

Cap1-Globalizacion.pdf>;

CORSI, Francisco Luiz - A questão do desenvolvimento à luz da globalização da economia capitalista. [Em linha]. **Revista de Sociologia e Política**. Vol. 19, p. 14-31, (2002). [Consultado em 30/11/13]. Disponível em: [www: <URL: http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n19/14621.pdf>](http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n19/14621.pdf);

CUNHA, André Moreira; FERRARI, Andrés - A Argentina depois da conversibilidade: um caso de novo-desenvolvimentismo?. [Em linha]. **Revista Economia e Política**. Vol. 29, nº. 1, p. 2-23. (2009). [Consultado em 23/12/13]. Disponível em: [www: <URL: http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572009000100001>](http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572009000100001). ISSN 0101-3157;

DAN, Wei - **Globalização e interesses nacionais: A perspectiva da China**. Coimbra, Portugal: Edições Almeida, S.A., 2006;

DIAS, Simão - **Crescimento económico, sustentabilidade e desenvolvimento: o caso de Portugal**. [Em linha]. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2009. Tese de mestrado. [Consultado em 22/11/13]. Disponível em [www: <URL: http://run.unl.pt/bitstream/10362/3959/1/Dias_2009.pdf>](http://run.unl.pt/bitstream/10362/3959/1/Dias_2009.pdf);

DINIS, Eli - O Pós-Consenso de Washington: a globalização e o desenvolvimento revisitados. [Em linha]. **Texto apresentado**, nº. 30, (2006). [Consultado em 30/11/13]. Disponível em [www: <URL: http://157.86.173.10/beb/textocompleto/mfn11152.pdf>](http://157.86.173.10/beb/textocompleto/mfn11152.pdf);

___ **Globalização, Estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio**. 1ª Edição, Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007. ISBN 978-85-225-0628-6;

DOLLAR, David; KRAAY, Aart - Comércio exterior, crecimiento y pobreza. [Em linha]. **Finanzas y desarrollo: publicación trimestral del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial**. Vol.38, nº. 3, p. 16-19 (2001). [Consultado em 31/03/14]. Disponível em [www: <URL](http://www.fim.org)

<http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/spa/2001/09/pdf/dollar.pdf>>;

DOMINGUES, Ricardo - Comércio, Desenvolvimento e Integração: considerações teóricas e reflexos no MERCOSUL. [Em linha]. (2004). [Consultado em 17/12/13]. Disponível em [www: <URL: http://coral.ufsm.br/mila/publicacoes/reppilla/edicao01-2004/2004%20artigo%204.pdf>](http://www.coral.ufsm.br/mila/publicacoes/reppilla/edicao01-2004/2004%20artigo%204.pdf);

DOMINGUES, Ricardo - Comércio, Desenvolvimento e Integração: considerações teóricas e reflexos no MERCOSUL. [Em linha]. (2003). [Consultado em 26/03/14]. Disponível em [www: <URL: http://www.ufsm.br/mila/publicacoes/reppilla/edicao01-2004/2004%20artigo%204.pdf>](http://www.ufsm.br/mila/publicacoes/reppilla/edicao01-2004/2004%20artigo%204.pdf);

DRAIBE, Sônia Miriam - Coesão social e integração regional: a agenda social do MERCOSUL e os grandes desafios das políticas sociais integradas. [Em linha]. **Caderno Saúde Pública**. Vol.23, nº 2, p. S174-S183. (2007). [Consultado em 23/03/14]. Disponível em [www: <URL: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007001400007>](http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007001400007). ISSN 0102-311X;

ESCOBAL, Javier; PONCE, Carmen - Liberalización comercial, tratados de libre comércio y pobreza rural. [Em linha]. **Investigación, políticas y desarrollo en el Perú**. p. 67-181, (2007). [Consultado em 23/03/14]. Disponível em [www: <URL: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/peru/grade/InvPolitDesarr.pdf#page=62>](http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/peru/grade/InvPolitDesarr.pdf#page=62);

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI) - **Relatório Anual - Promovendo uma Recuperação mais Segura e Estável**. [Em linha]. (2013). [Consultado em 02/10/12]. Disponível em [www: <URL: http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2013/pdf/ar13_esl.pdf>](http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2013/pdf/ar13_esl.pdf);

FUKUYAMA, Francis - **O Fim da História e o Último Homem**. Editora Gradiva, 1999;

GIDDENS, Antony - **Sociologia**, 4ª edição da revista da atualidade. Lisboa: Fundação

Calouste Gulbenkian, 2004. ISBN 972-31-1075-X;

GRÄF, Cláudio Olímpio; AZEVEDO, André Filipe Zago de - Comércio bilateral entre os países membros do mercosul: uma visão do bloco através do modelo gravitacional. [Em linha]. **Revista Economia Aplicada**. Vol. 17, nº. 1, p. 135-158, (2013). [Consultado em 31/10/13]. Disponível em [www: <URL: http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v17n1/07.pdf>](http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v17n1/07.pdf). ISSN 1413-8050;

HELD, David - **La democracia y El orden global. Del estado moderno al gobierno cosmopolita**, Buenos Aires: Paidós, 1997;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) - **Indicadores Sociais Municipais 2010. Incidência de Pobreza é maior nos municípios**. [Em linha]. (2010). [Consultado em 03/11/13]. Disponível em [www: <URL: http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia;id=1;idnoticia=2019;t=indicadores-sociais-municipais-2010-incidencia-pobreza-maior-municipios-porte-medio>](http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia;id=1;idnoticia=2019;t=indicadores-sociais-municipais-2010-incidencia-pobreza-maior-municipios-porte-medio);

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) - **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Relatório Nacional de Acompanhamento**. [Em linha]. (2010). [Consultado em 13/06/14]. http://www.pnud.org.br/Docs/4_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf. ISBN 857811043-9;

KAIZELER, Ana Catarina Pagarim Ribeiro - **Os países em vias de desenvolvimento e a globalização**. [Em linha]. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão, 2006. Dissertação de Mestrado. [Consultado em 25/11/2013]. Disponível em [www: <URL: http://hdl.handle.net/10400.5/3942>](http://hdl.handle.net/10400.5/3942);

KOCHER, Bernardo - **Globalização: atores, idéias e instituições**. Rio de Janeiro: Mauad X: Contra Capa, 2011;

KUME, Honório; PIANI, Guida - MERCOSUL: o dilema entre união aduaneira e área de livre-comércio. [Em linha]. **Revista Economia Política**. Vol.25, nº.4, p. 370-390. (2005). [Consultado em 30/03/14]. Disponível em [www: <URL: http://www.scielo.br/pdf/rep/v25n4/28289.pdf>](http://www.scielo.br/pdf/rep/v25n4/28289.pdf). ISSN 0101-3157;

LEVY, Paulo Mansur, [et al.] - Uma agenda para o crescimento económico e a redução da pobreza. [Em linha]. **Desenvolvimento Social: Livros. Desenvolvimento económico**. RJ (Nov. 2006). [Consultado em 03/3/14]. Disponível em [URL: http://hdl.handle.net/11058/1823](http://hdl.handle.net/11058/1823)>. ISSN 1415-4765;

LOPES, António Simões - Globalização e desenvolvimento regional. [Em linha]. **Gestão e Desenvolvimento**. Viseu. nº.11, p. 9-25 (2002). [Consultado em 20/11/13]. Disponível em [www: <URL: http://hdl.handle.net/10400.14/8962>](http://hdl.handle.net/10400.14/8962). ISSN 0872-556X;

LOVE, P.; LATTIMORE, R.-Trade Internacional: Free, Fair and Open? (2009). ISBN 978-92-64-060265;

MACHADO, Moisés; ROCHA, D. Fernandes - **Dos Movimentos Sociais à Implementação do Programa Fome Zero (1993 – 2013):**

aTrajetória da Cidadania Alimentar no Brasil – 20 Anos da Ação da Cidadania e 10 anos do Programa Fome Zero. [Em linha]. (2013). [Consultado em: 11/11/13]. http://www.gigapp.org/administrator/components/com_jresearch/files/publications/P10-MACHADO-ROCHA-2013.pdf>;

MAIA, Katy - Os impactos do comércio internacional, da mudança tecnológica e da demanda final na estrutura de emprego no Brasil, 1985-1995. [Em linha]. **Revista Economia Aplicada**. Vol. 7, nº. 2, p. 327-357, (2003). [Consultado em: 11/11/13]. Disponível em: [www: <URL: http://www.researchgate.net/publication/4728945_O_Impacto_do_Comrcio_Internacional_da_Mudana_Tecnolgica_e_da_Demanda_Final_na_Estrutura_de_Emprego_por_Nvel_de_Qualificao_no_Brasil_1985_-_1995/file/72e7e5293c102ec4bc.pdf](http://www.researchgate.net/publication/4728945_O_Impacto_do_Comrcio_Internacional_da_Mudana_Tecnolgica_e_da_Demanda_Final_na_Estrutura_de_Emprego_por_Nvel_de_Qualificao_no_Brasil_1985_-_1995/file/72e7e5293c102ec4bc.pdf)>;

MATTEI, Lauro - **Pobreza na América Latina: Diferenças intra-regionais e Principais Tendências**. PESQUISA ; DEBATE. São Paulo: volume 23, nº. 01, p.41, 2012;

MIRANDA, Vanessa Severo - Liberalização do comércio internacional: desenvolvimento x pobreza nos países em desenvolvimento. Porto Alegre, Brasil. 2012. Dissertação de Bacharel;

MOREIRA, Sandrina Berthault; CRESPO, Nuno - Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. [Em linha]. **Revista de Economia**. Editora UFPR. Vol. 38, nº. 2 (ano 36), p. 25-50, Maio/Ago. (2012). [Consultado em 02/12/13]. Disponível em [www: <URL: http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/4440>](http://www.comum.rcaap.pt/handle/123456789/4440);

MORAES, Reginaldo Carmello Correa - **Estado, desenvolvimento e globalização**. [Em linha]. SP, Brasil: Editora Unesp, 2006. [Consultado em 22/11/13]. Disponível em URL: http://books.google.com.br/books?hl=pt-PT;lr=;id=_orZuZbE4FcC;oi=fnd;pg=PA7;dq=Globaliza%C3%A7%C3%A3o+e+desenvolvimento;ots=aFIDRID5ys;sig=TFb1D_uTJflxbIfKsbVV8C7alRA#v=onepage;q=Globaliza%C3%A7%C3%A3o%20e%20desenvolvimento;f=false >. ISBN 85-7139-726-0;

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE) – **Comércio Exterior MERCOSUL**. (2012). [Consultado em 01/12/13]. Disponível em [www: http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/ComExtMercosul.pdf](http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/ComExtMercosul.pdf)>;

NUNES, Laura M. - O crime da globalização e a globalização do crime. [Em linha]. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**. Porto. p. 402-410 (2010). [Consultado em 02/11/13]. Disponível em [www: <URL: http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/2837/3/402-410.pdf](http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/2837/3/402-410.pdf)>. ISSN 1646-0502.7;

OLIVEIRA, Gilson Batista - Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. [Em linha]. **Revista FAE, Curitiba**. Vol. 5, nº.2, p.37-48, maio/ago. (2002). [Consultado em 22/11/13]. Disponível em [www: <URL: http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/v5_n2_maio_agosto_2002/uma%20discussao%20sobre%20o%20conceito%20de%20desenvolvimento.pdf >](http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/v5_n2_maio_agosto_2002/uma%20discussao%20sobre%20o%20conceito%20de%20desenvolvimento.pdf);

OLIVEIRA, Jimmy Lima; FERREIRA, Roberto Tatiwa; DA SILVA SALES, Raquel - O impacto da Abertura Comercial sobre o nível de Pobreza Absoluta nos Estados Brasileiros. [Em linha]. **Área 11 - Economia Social e Demografia Económica**. JEL I3. (2011). [Consultado em 12/11/13]. Disponível em [www: <URL: http://anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/497-cb2b0179ebc962965972e15af737a3c6.pdf>](http://anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/497-cb2b0179ebc962965972e15af737a3c6.pdf);

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC) – **Relatório Anual do Comercio Internacional de 2011**. [Em linha]. [Consultado em 13/06/14]. Disponível em [www: <URL: http://www.wto.org/spanish/res_s/statis_s/its2011_s/its11_highlights1_s.pdf>](http://www.wto.org/spanish/res_s/statis_s/its2011_s/its11_highlights1_s.pdf);

_____.**Declaração Ministerial de Doha**. [Em linha]. (2001). [Consultado em 13/06/14]. Disponível em [www:http://www.wto.org/spanish/thewto_s/minist_s/min01_s/mindecl_s.htm>](http://www.wto.org/spanish/thewto_s/minist_s/min01_s/mindecl_s.htm);

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) – **Uma globalização justa: criando oportunidades para todos**. – Brasília: MTE, Assessoria Internacional, [Em linha]. 1ª Ed. (Jul. 2005). [Consultado em 13/06/14]. Disponível em [www: http: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/employment/pub/por_uma_globalizacao_justa_249.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/employment/pub/por_uma_globalizacao_justa_249.pdf). ISBN 85-88356-02-3>;

PÉREZ, Bernardo - Alternativas contra la globalización: otro mundo es imprescindible. [Em linha]. **Theologica Xaveriana**, Vol. 58, nº. 166, p. 467-496, BOGOTÁ, COLOMBIA. (2008). [Consultado em 01/11/13]. Disponível em [www: <URL: http://www.theologica.org >](http://www.theologica.org);

http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext;pid=S0120-36492008000200007>. ISSN 0120-3649;

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) - **Relatório de Desenvolvimento Humano 2013 - A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado**. [Em linha]. (2013). [Consultado em 07/10/13]. Disponível em www: <URL: <http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013.pdf>. ISBN 978-92-1-126340-4>;

___ **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010 - A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano**. Edição 20º Aniversario. (2010). ISBN: 9780230284456 90101>;

REZENDE, María José - **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU: Alguns Desafios Políticos Da Co-Responsabilização Dos Diversos Segmentos Sociais No Combate à Pobreza Absoluta e à Exclusão**. [Em linha]. investigación y desarrollo. vol 16, nº 2 (2008) págs. 184-213 [Consultado em 13/06/14]. Disponível em www: <URL: <http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=125a58f6-c994-4537-bc77-c45c7d01e39f%40sessionmgr4003;vid=1;hid=4207>. ISSN 0121-3261>;

ROCHA, Sonia - **Pobreza no Brasil: afinal do que se trata**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003;

SALAMA, Pierre - Abertura e pobreza, qual abertura?. [Em linha]. **Revista de Políticas Públicas**. Vol. 9, nº. 1, p. 189-216, (2005). [Consultado em 21/03/14]. Disponível em www: <URL: http://pierre.salama.pagesperso-orange.fr/art/abertura_e_pobreza_qual_abertura@br.pdf>;

SANTOS, Antônio de Almeida - **Que nova Ordem Mundial**. 1ª Edição. Lisboa: Editora Campos da Comunicação, 2008. ISBN 978-972-8610-78-4;

SANTOS, Elinaldo [et al.]- Desenvolvimento: um conceito multidimensional. [Em linha]. **Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado**. N.º1. (2012). [Consultado em 28/10/13]. Disponível em www: <URL: <http://hdl.handle.net/10400.22/1858>>;

SANTOS, Milton - **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2001;

SCHWARTZMAN, Simon - **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007;

SEITENFUS, Ricardo - Considerações sobre o Mercosul. [Em linha]. **Estudos avançados**. Vol.6, nº.16, p. 117-131. (1992). [Consultado em 11/04/14]. Disponível em URL: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141992000300010>> ISSN 0103-4014;

TAYRA, Flávio - O conceito do desenvolvimento sustentável. . [Em linha]. (2007). [Consultado em 11/04/14]. Disponível em URL: <http://www.semasa.sp.gov.br/admin/biblioteca/docs/doc/conceitodesensustent.doc.>>;

ANEXOS

ANEXO A - Brasil: Principais Produtos Exportados

ESTADÍSTICAS E INDICADORES ECONÓMICOS

Brasil: Exportación de los 10 productos principales conforme a la CUCI rev.1, según participación porcentual en cada año (En porcentajes)

Productos principales	Años												
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
2813 Mineral de hierro y sus concentrados (excepto piritas de hierro tostadas)	5.5	5.0	5.1	4.7	4.9	6.2	6.5	6.6	8.4	8.7	14.3	16.3	12.8
33101 Petróleos crudos	2.8	2.9	2.6	3.5	5.0	5.6	6.9	6.1	8.0	8.4	8.4
2214 Soya (excepto la harina fina y gruesa)	4.0	4.7	5.0	5.9	5.6	4.5	4.1	4.2	5.5	7.5	5.4	6.4	7.1
0611 Azúcar de remolacha y de caña, sin refinar (excepto los jarabes)	...	2.4	2.9	3.9	4.6	4.5	4.1
0114 Aves de corral, muertas o limpias (incluso sus despojos, excepto el hígado), frescas, refrigeradas o congeladas	...	2.4	2.4	2.5	2.8	3.0	2.2	2.7	3.0	3.2	2.9	2.8	2.9
0813 Tortas y harinas de semillas oleaginosas y otros residuos de aceite vegetal	3.0	3.6	3.6	3.6	3.4	2.4	2.2	3.0	2.3	2.2	2.7
0711 Café verde o tostado y sucedáneos del café que contengan café	2.8	2.1	...	2.1	2.1	2.5	2.6	3.1	2.4
0440 Maíz sin moler	2.2
7341 Aeronaves más pesadas que el aire	6.3	5.8	4.5	2.7	3.4	2.7	2.4	3.0	2.8	2.5	2.0
0111 Carne de ganado vacuno, fresca, refrigerada o congelada	2.0	...	2.3	2.2	2.0	1.9
25172 Pulpa de madera al sulfato blanqueada, con excepción de la soluble	2.8	2.3	2.2	1.8	...
3320 Productos derivados del petróleo	...	2.3	3.6	3.8	3.3	4.1	4.4	4.4	4.8	3.8	3.3	3.7	...
6841 Aluminio y sus aleaciones, sin forjar	2.1
7115 Motores de combustión interna, excepto para aeronaves	2.2	2.3	2.1
72499 Otro equipo para telecomunicaciones	...	2.2	2.3	2.3	2.2
7321 Vehículos automotores, montados o sin montar, para pasajeros (que no sean ni autobuses ni vehículos para usos especiales)	3.2	3.4	3.3	3.6	3.5	3.7	3.3	2.9	2.5	2.1	2.2	1.7	...
73289 Otras partes para vehículos automotores, salvo motocicletas	2.2	2.0
85102 Calzado con suela de cuero; calzado con suela de caucho o de materia plástica artificial (distinto del comprendido en la partida 85101)	2.5	2.5
Total de los productos principales (porcentajes)	34.4	34.3	34.8	34.3	33.6	34.5	35.3	35.7	40.2	43.3	47.8	50.9	46.5
Exportaciones al mundo (millones de dólares)	55084.4	58221.2	60360.4	73082.4	96473.2	118306.0	137466.7	160259.9	197940.7	152992.8	202637.8	256036.8	242579.78

Fonte: CEPAL. Informação revisado/atualizada em Janeiro de 2014.

ANEXO B - Argentina: Principais Produtos Exportados

ESTADÍSTICAS E INDICADORES ECONÓMICOS

Argentina: Exportación de los 10 productos principales conforme a la CUCI rev.1, según participación porcentual en cada año

(En porcentajes)

Productos principales	Años												
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
0813 Tortas y harinas de semillas oleaginosas y otros residuos de aceite vegetal	8.8	9.5	10.4	11.2	10.7	9.7	9.6	10.4	10.4	14.7	12.2	12.0	13.2
0440 Maíz sin moler	3.9	3.7	3.6	4.1	3.5	3.4	...	4.0	5.0	2.9	4.6	5.4	6.0
4212 Aceite de soya	3.6	4.0	5.3	7.0	6.8	5.6	6.0	7.9	7.0	5.9	6.1	6.2	5.3
7321 Vehículos automotores, montados o sin montar, para pasajeros (que no sean ni autobuses ni vehículos para usos especiales)	2.8	3.6	2.4	3.1	3.9	4.0	5.0	5.8	5.6	5.0
7323 Camiones y camionetas (incluso coches ambulancias, etc.), montados o sin montar	2.2	3.0	3.0	2.7	2.6	3.6	4.1	4.7
2214 Soya (excepto la harina fina y gruesa)	3.0	4.7	4.4	6.2	5.0	5.7	3.8	6.1	6.5	3.0	7.3	6.5	3.9
0410 Trigo (incluso escanda) y comuña sin moler	4.6	4.9	4.3	3.1	4.0	3.2	3.2	3.6	3.6	3.0	3.8
33101 Petróleos crudos	10.7	8.9	8.7	7.7	6.5	6.2	5.2	...	2.3	4.4	3.8	...	3.2
97101 Oro (incluso oro platinado) no monetario, en bruto semilabrado o en polvo	3.0	2.8	2.8
59999 Otros productos y preparados químicos, n.e.p.	2.7	2.5
0111 Carne de ganado vacuno, fresca, refrigerada o congelada	2.4	2.9	2.7
2631 Algodón en rama, excepto la borra
28311 Mineral y concentrados de cobre	2.9	2.9	2.7	...	2.0	2.2
3320 Productos derivados del petróleo	4.7	5.1	6.7	7.3	7.7	6.9	7.9	7.5	6.5	4.5	4.1	3.8	...
3411 Gas natural	...	2.3	2.5	2.9	3.4	3.1	3.2	2.3
4216 Aceite de girasol	1.9	2.2
4221 Aceite de linaza
6114 Cueros de otros bovinos y pieles de equinos, curtidos	3.0	2.9	2.6	2.3	2.3
Total de los productos principales (porcentajes)	47.3	49.6	50.9	53.7	52.3	49.6	47.9	51.4	50.2	47.7	52.7	52.1	50.4
Exportaciones al mundo (millones de dólares)	26340.4	26 542,0	25649.7	29937.8	34574.7	39835.4	46 545,0	55979.4	70017.8	55671.2	68186.5	83949.5	80927.1

Fonte: CEPAL. Informação revisado/atualizada em Janeiro de 2014.

ANEXO C - Venezuela: Principais Produtos Exportados

ESTADÍSTICAS E INDICADORES ECONÓMICOS

Venezuela (República Bolivariana de): Exportación de los 10 productos principales conforme a la CUCI rev.1, según participación porcentual en cada año
(En porcentajes)

Productos principales	Años											
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
33101 Petróleos crudos	58.9	58.3	76.4	81.0	57.6	64.6	81.9	86.4	75.4	75.3	78.3	79.2
3320 Productos derivados del petróleo	26.6	23.7	2.5	...	23.9	20.7	3.5	1.8	13.4	14.9	14.1	14.4
5214 Aceites y demás productos de la destilación de los alquitranes de hulla	1.7	0.8	4.9	5.2	3.5	3.3
3411 Gas natural	1.9	0.6	...	1.5	1.6	1.2	1.0
2813 Mineral de hierro y sus concentrados (excepto piritas de hierro tostadas)	0.4	0.3	0.6	0.6
67133 Esponja de hierro o de acero	0.9	0.9	1.1	1.1	1.9	1.5	1.4	0.4	0.5	0.1
6841 Aluminio y sus aleaciones, sin forjar	2.0	2.4	2.7	2.2	2.0	1.5	1.9	1.4	0.8	0.6	0.2	0.1
3214 Carbón (antracita, hullas)	0.5	1.0	1.2	0.8	...	0.6	0.5	0.6	0.3	...	0.2	...
51221 Alcohol metílico (metanol)	...	0.5	...	0.7	0.4	0.5
51231 Eteres-óxidos, éteres-óxidos-alcoholes, éteres-óxidos-fenoles, peróxidos de alcoholes, peróxidos de éteres y sus derivados	0.5	0.7	0.7	0.4
5812 Productos de polimerización y copolimerización (v.g., polietilenos, poliestireno, derivados polivinílicos, etc., resinas de cumarona-indeno)	0.6	0.7	0.6
6715 Otras ferroaleaciones	0.8	0.9	0.5	0.6	0.4	0.3	0.2	0.2	...
67251 Hierro y acero en desbastes cuadrados o rectangulares ((blooms)) y palanquilla; desbastes planos ((slabs)) y llantón y piezas de y hierro o acero que no sean de acero fino al carbono o de aceros aleados	0.6	0.8
67271 Desbastes en rollos para relaminación de hierro o de acero que no sean de acero fino al carbono o de aceros aleados	0.7	...	0.5	0.6	0.2
67431 Planchas y láminas, medianas, de 3 mm. a 4, 75 mm. de espesor, de hierro o de acero que no sean de acero fino al carbono o de aceros aleados	0.5	0.5	0.8	0.6	0.9	0.6	0.5	1.0	0.2
68421 Barras, varillas, ángulos, perfiles, secciones y alambre de aluminio	0.5	0.1
73289 Otras partes para vehículos automotores, salvo motocicletas	0.5	0.6	0.7	0.6	0.5	0.3
Total de los productos principales (porcentajes)	91.4	89.3	87.4	88.7	89.3	93.0	93.0	93.9	97.4	98.7	99.0	99.1
Exportaciones al mundo (millones de dólares)	30 948.0	25304.1	23986.9	24 974.0	33625.7	51375.6	54629.9	57901.2	93274.4	55780.6	64112.1	89774.1

Fonte: CEPAL. Informação revisado/atualizada em Janeiro de 2014.